



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES-CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA-UAG
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA-CGEO

GORETE RIBEIRO BARBOSA DA SILVA

**ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE EM ESPAÇOS USADOS POR PORTADORES
DE DEFICIÊNCIA VISUAL: O CASO DO ENTORNO DO INSTITUTO DOS CEGOS-
CAMPINA GRANDE-PB.**

CAMPINA GRANDE - PB

2014

GORETE RIBEIRO BARBOSA DA SILVA

**ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE EM ESPAÇOS USADOS POR PORTADORES
DE DEFICIÊNCIA VISUAL: O CASO DO ENTORNO DO INSTITUTO DOS CEGOS-
CAMPINA GRANDE-PB.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Geografia, do Centro de Humanidades, do Campus I, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador:
Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias

Campina Grande - PB

2014



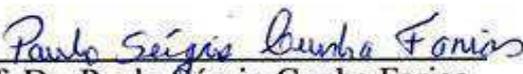
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA**

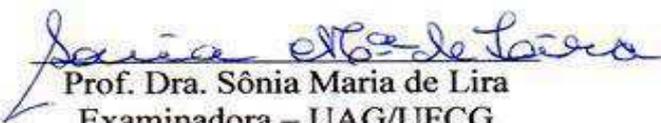
GORETE RIBEIRO BARBOSA DA SILVA

**ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE EM ESPAÇOS USADOS POR
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL: O CASO DO ENTORNO DO
INSTITUTO DOS CEGOS- CAMPINA GRANDE-PB.**

Aprovado em: 10 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias
Orientador – UAEd/UFCEG


Prof. Dra. Sônia Maria de Lira
Examinadora – UAG/UFCEG


Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Examinador – UAG/UFCEG

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que sempre me deu saúde e perseverança para continuar e nunca desistir, mesmo nas horas mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que sempre me iluminou e me abençoou naquelas horas mais turbulentas, quando a Ele recorri, e ganhei forças para permanecer firme e forte. Obrigada, Deus!

À minha mãe Ana Maria, que em suas orações sempre colocou meu nome pedindo para Deus me dar forças para continuar e nunca desistir. Para ela também vai meu agradecimento por tudo, pela maravilhosa avó que é para meu filho, cuidando dele e o orientando nas horas em que eu não pude estar presente.

Ao meu pai Antônio por tudo e, principalmente, por estar esperando o fim deste trabalho para que eu o acompanhe em uma cirurgia de catarata. A ele meu agradecimento pela paciência.

A meu esposo Júlio César e meu filho Victor Hugo, que sempre me deram apoio e me ajudaram nas horas mais difíceis, entendendo que, às vezes, era preciso minha ausência.

À minha irmã Mônica, e a meus sobrinhos Milene, Michele, Ricardo e Rodrigo, que direta ou indiretamente me ajudaram ao longo desses anos.

Agradeço a meu amigo e orientador professor Paulo Sérgio, que sempre me apoiou e me entendeu, acreditando em mim e me ajudando a superar minhas inseguranças. A você, professor, a minha gratidão e meu muito obrigado por tudo!

Quero agradecer a meus professores Sérgio Malta e Sônia Lira, por terem aceitado participar de minha banca. Obrigada!

Meus agradecimentos vão também para vocês, colegas do curso, que caminharam juntos a mim na vitória. A você, Marcela, amiga mais que especial, agradeço pelos nossos bons momentos juntas e também por aqueles mais turbulentos e estressantes. Conseguimos, amiga, superamos tudo!

Paula e Renata, amigas, vocês são muito especiais, sem suas presenças eu não seria a mesma. Como foram bons todos esses anos juntas! A vocês, obrigada pela ajuda ao longo do curso e por tudo.

Juselma, obrigada pela presença e pelo companheirismo de sempre, obrigada pelas nossas aventuras nos ônibus lotados e perigosos os quais tivemos que utilizar para transitar pela cidade.

Luana Moura, obrigada pela sua amizade. Você é muito especial para mim.

Geraldo e Rosana, obrigada pelo companheirismo e por me ajudarem quando precisei.

Assis, Climério, George, Kleber, Luciana, Letícia, Elessandro, Sérgio, enfim, todos de minha turma que, juntos, seguimos fortes e unidos. Obrigada por tudo.

A todos os professores do curso de Geografia da UFCG, meu muito obrigado, Luiz Eugênio, Sergio Murilo, Sérgio Malta, Kátia, Marta Priscila, Xisto Junior, Débora, Janaína, Thiago, Lincoln, Aline, Rebeca, Angélica, Sônia. E aos de outras Coordenações, Andréia, Shakuntha, Paulo Sérgio, Cleydistone, Maritça, Maria Angélica. A vocês, muito obrigada por tudo, essa equipe merece toda a minha gratidão, merece nota dez.

Agradeço a Marcelo, da coordenação de Geografia da UFCG, por sempre nos ajudar quando dele necessitávamos para resolver qualquer problema. Obrigada, Marcelo!

À Simone e à Ana Raquel, sempre dispostas a nos ajudar quando precisávamos.

Não posso esquecer minhas amigas Valquíria e Isabel, que sempre me deram força e ajuda quando delas precisei. Muito obrigada.

Agradeço a meus dois professores de Geografia do Ensino Fundamental e Médio, o senhor Armando e a senhora Marina, muito obrigada por vocês terem me feito gostar de Geografia e lutar por este curso.

A meus colegas de trabalho de Gado Bravo, minha gratidão por tudo, Magnely, Terezinha, Jefferson, Elieson, Aline, Estela, Vanuza, Maria Alice, Ana Lúcia e a todos que fazem parte da família Padre Godofredo Joosten.

Fernanda, minha amiga inspiradora, que sempre me deu forças e coragem, obrigada, amiga!

Agradeço às minhas amigas, Roberta Manso, Márcia Maria, Jozilange Araújo, Dorgivânia Gomes, Anne e Jucilene Negreiros.

Aos funcionários e alunos do IC-CG, obrigada por terem me recebido de braços abertos para a pesquisa, Adenize, Adonias, Márcio e a todos, muito obrigada.

Agradeço a Deus por vocês todos existirem em minha vida, este trabalho só foi possível graças a cada um de vocês que contribuíram para minha vitória.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a acessibilidade e a mobilidade em espaços usados por portadores de deficiência visual, tomando como objeto de investigação empírica o “entorno do Instituto dos Cegos- Campina Grande-PB” (IC-CG). Para isso, partiu dos seguintes questionamentos: o entorno do IC-CG apresenta-se adaptado para facilitar a locomoção dos seus usuários? Se não, quais as táticas de mobilidade espacial que os mesmos utilizam para ir e vir a essa instituição? Tendo em vista a problemática levantada, a pesquisa teve como objetivo geral: verificar as condições de infraestrutura, acessibilidade e de mobilidade segura dos alunos que frequentam o IC-CG no Bairro do Catolé - Campina Grande-PB. E teve como objetivos específicos: identificar as dificuldades apresentadas pelos deficientes visuais, para se locomoverem no entorno do IC-CG; verificar se a estrutura do IC-CG é adequada para acolher os alunos de forma satisfatória; analisar se existem condições de mobilidade urbana para os usuários IC-CG no entorno dessa instituição e, finalmente, analisar as táticas de mobilidade espacial utilizadas no entorno do IC-CG pelos seus usuários. A metodologia adotada foi a da pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico nas Políticas de Educação Inclusiva e para compreender as Leis que garantem os direitos aos deficientes visuais. Por outro lado, constituiu-se como um estudo de caso realizado em um lugar específico, sem preocupação de confrontar os resultados da pesquisa, mas sim encontrar respostas satisfatórias para as questões investigadas. Dessa forma, este estudo de caso consistiu em uma pesquisa de cunho qualitativo. Para obtermos os dados empíricos, recorreremos à aplicação de questionários com questões fechadas e abertas. Por fim, os resultados da pesquisa evidenciaram que o espaço no entorno do IC-CG apresenta problemas de infraestrutura e acessibilidade, que dificultam a mobilidade dos deficientes visuais que o utilizam. Em virtude disso, esses sujeitos usam, como tática de mobilidade espacial, os demais sentidos para reconhecerem e se orientarem no entorno do referido Instituto.

Palavras-chave: Acessibilidade. Mobilidade. Deficientes visuais. Lugar. Espaço. IC-CG.

ABSTRACT

This research focuses on the accessibility and mobility in the spaces used by visually impaired people, taking as the object of an empirical research the "surroundings of the Institute of the Blind – Campina Grande – PB" (IC-CG). For this, it started from the following questions: the surroundings of IC-CG presents adapted to facilitate the locomotion of their users? If not, what are the tactics of spatial mobility that they use to come and go at this institution? In view of the raised problematic, the research had as the general objective: check the conditions of infrastructure and accessibility and safe mobility of the students who attend classes in the IC-CG in the neighborhood of Catolé – Campina Grande – PB. And had as the specific objectives the following: to identify the difficulties presented faced by the visually impaired people, to get around the surroundings of the IC-CG; to verify if the structure of the IC-CG is suitable to accommodate students satisfactorily; to analyze whether conditions of urban mobility for users of the IC-CG in the surroundings of this institution and, finally, to analyze the tactics of spatial mobility used in the vicinity of the IC-CG by its users. The methodology adopted was the literature search for the theoretical basis of the Inclusive Education Policy and to comprehend the Laws that guarantee the rights of the visually impaired people. On the other hand, it was constituted as a case study performed in a specific place, without worry of comparing the results of the research, but, indeed, find satisfactory answers to the issues investigated. Thus, this case study consisted of a qualitative research. To obtain the empirical data, we resorted to the application of questionnaires with closed and open questions. Finally, the survey results showed that the space surrounding the IC-CG features problems of infrastructure and accessibility, which hinder the mobility of visually impaired people who use it. Because of that, these individuals use, as a tactic of spatial mobility, the other senses to recognize and orient themselves in the vicinity of the referred Institute.

Keywords: Accessibility. Mobility. Visually impaired. Place. Space. IC-CG.

LISTA DE MAPA, QUADRO E FIGURAS

Mapa 01	Localização geográfica do Instituto dos Cegos - Campina Grande.....	31
Figura 01	Instituto dos Cegos de Campina Grande.....	32
Figura 02	Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.....	35
Figura 03	Sinalização com piso tátil do tipo alerta e direcional.....	36
Figura 04	Sinalização do tipo ondulação.....	37
Figura 05	Sinalização do tipo piso tátil no terminal de Integração.....	38
Figura 06	Cruzamento em frente ao IC-CG.....	41
Figura 07	Boca de lobo na lateral do IC-CG.....	42
Figura 08	Esgoto a céu aberto em frente ao IC-CG.....	42
Figura 09	Canal do Prado no entorno do IC-CG.....	42
Figura 10	Obra realizada para levantar o muro no IC-CG.....	43
Figura 11	Escadas no interior do IC-CG.....	44
Quadro 1	Informações sobre o Perfil dos participantes da pesquisa.....	50
Figura 12	Dormitório masculino no IC-CG.....	53
Figura 13	Dormitório feminino no IC-CG.....	53
Figura 14	Aula de educação física com alunos do IC-CG.....	54
Figura 15	Biblioteca do IC-CG.....	54
Figura 16	Futebol de cegos IC-CG.....	55
Figura 17	Troféus conquistados pelos cegos IC-CG.....	55

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APADEVI	Associação Paraibana dos Deficientes Visuais
CH	Centro de Humanidades
CGEG	Curso de Licenciatura Plena em Geografia
CNE/CEB	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais da Educação
IC-CG	Instituto dos Cegos de Campina Grande
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MPB	Música Popular Brasileira
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SEESP	Secretaria de Educação Especial
UAG	Unidade Acadêmica de Geografia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INSERÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NA SOCIEDADE E NO ESPAÇO.....	16
1.1 UMA SÍNTESE SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
1.2 DEFICIENTES VISUAIS: BAIXA VISÃO E CEGUEIRA TOTAL.....	20
1.3 INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS: PERSPECTIVA DE ANÁLISE A PARTIR DOS ESPAÇOS DE DESLOCAMENTO E MOBILIDADE.....	26
2 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE DO IC-CG: AUTONOMIA OU DEPENDÊNCIA?.....	31
2.1 O IC-CG: UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM.....	31
2.2 ESPAÇOS COM INFRAESTRUTURAS PREPARADAS PARA DEFICIENTES VISUAIS.....	34
2.3 O ENTORNO DO IC-CG: ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA ADEQUADAS?.....	38
3 TÁTICAS DE MOBILIDADE ESPACIAL UTILIZADAS POR DEFICIENTES VISUAIS NO ENTORNO DO IC-CG.....	46
3.1 MOBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.....	46
3.2 O USO DO ENTORNO DO IC-CG PELOS DEFICIENTES VISUAIS.....	49
3.3 PERCEPÇÃO DO IC-CG PELOS DEFICIENTES VISUAIS USUÁRIOS.....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE.....	63

INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado “**Acessibilidade e mobilidade em espaços usados por portadores de deficiência visual: o caso do entorno do Instituto dos Cegos- Campina Grande-PB**”, versa sobre as condições de acessibilidade e de mobilidade espaciais dos deficientes visuais nas cercanias do Instituto dos Cegos de Campina Grande-PB. Partimos da seguinte indagação: O entorno do IC-CG apresenta-se adaptado para facilitar a locomoção dos seus usuários? Se não, quais as táticas de mobilidade espacial que os mesmos utilizam para ir e vir a essa instituição e vir dela? O trabalho, portanto, propõe-se a investigar se existem condições de acessibilidade e mobilidade adequadas que facilitem a chegada e a saída dos seus usuários à instituição e, se não há, como os mesmos fazem este percurso de entrada e saída do local. Por outro lado, procuramos, também, verificar se a estrutura física do prédio do IC-CG comporta todos de forma satisfatória.

Dado o problema levantado, o objetivo geral da pesquisa foi o de verificar as condições de infraestrutura e acessibilidade e de mobilidade segura dos alunos que frequentam o IC-CG no Bairro do Catolé - Campina Grande-PB. Por outro lado, como objetivos específicos da pesquisa, listamos os seguintes: identificar as dificuldades apresentadas pelos deficientes visuais, para se locomoverem no entorno do IC-CG; verificar se a estrutura do IC-CG é adequada para acolher os alunos de forma satisfatória; analisar se existem condições de mobilidade urbana para os usuários IC-CG no entorno dessa instituição e, finalmente, analisar as táticas de mobilidade espacial utilizadas no entorno do IC-CG pelos seus usuários

Para a realização desta pesquisa, partimos, primeiramente, da abordagem bibliográfica em livros, revistas, documentos oficiais que regem a política de educação inclusiva no Brasil e no mundo, bem como documentos existentes em endereços eletrônicos que tratam de questões relativas à inclusão socioespacial desse segmento da população. Este tipo de pesquisa nos permitiu entender a modalidade de educação inclusiva, a especificidade da educação inclusiva de deficientes visuais, as normas que regem essa educação no Brasil e as condições exigidas para a inclusão cidadã dos cegos, através de medidas que assegurem a adaptação do espaço para o seu direito de ir e vir.

Com o material bibliográfico concluído, estudado e analisado, foi o momento de realizarmos o levantamento de dados no Instituto dos Cegos de Campina

Grande. Esse levantamento é considerado por Ludwig (2012, p.57) um tipo de pesquisa de campo. Sobre essa tipologia de investigação, ele afirma que “Esta modalidade diz respeito à solicitação de informações a um grupo de pessoas antecipadamente selecionadas, acerca de um problema de estudo”.

Partindo, então, desse pressuposto, para a realização da pesquisa foi necessária a colaboração de um dos funcionários do IC-CG, o qual separou por perfil as pessoas a participarem da investigação. Através dessa seleção, foi possível contemplar alunos cegos e com baixa visão, os beneficiados que vêm à Instituição de ônibus, carro próprio ou caminhando.

Como instrumento da coleta de dados foi utilizado um questionário composto por dezesseis (16) questões, fechadas e abertas. O roteiro foi organizado de forma simples para uma melhor compreensão e/ou entendimento dos respondentes. (Ver em anexo). O questionário foi respondido por vinte (20) usuários do IC-CG, quantidade que representa cerca de 10% dos assistidos nesse instituto. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.269), “na pesquisa qualitativa são obtidos os dados por amostragem em uma quantidade reduzida”. Com este estudo de caso foi possível detectar problemas além dos que esperávamos, uma vez que, no Instituto, os cegos revelaram dificuldades existentes que não imaginávamos encontrar no início da pesquisa. De acordo com Ludwig (2012, p. 57), “Algumas peculiaridades são próprias do estudo de caso. Uma é a de que ela visa identificar novos elementos que muitas vezes o pesquisador não pensa em descobrir”.

O motivo que levou a escolha do estudo de caso como opção de pesquisa, foi pelo fato dos trabalhos serem realizados em um lugar específico (IC-CG), sem ter a preocupação de confrontar ou generalizar os resultados, mas sim conseguir respostas satisfatórias a respeito dos problemas investigados sobre acessibilidade e mobilidade dos deficientes visuais que precisam se locomover até o IC-CG.

Portanto, a abordagem que utilizamos para realização desta pesquisa foi a qualitativa, que consiste de coleta realizada no local estudado através de questionário ou entrevistas com os próprios sujeitos de estudo mais detalhadamente e uma análise de dados pelo próprio pesquisador. Sobre este método, Marconi e Lakatos (2011, p.269) afirmam que esta metodologia preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Dessa forma, nas pesquisas qualitativas é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada. Assim, esta abordagem foi escolhida por envolver diretamente os comportamentos humanos, focalizando o fenômeno da relação de cegos com espaço, utilizando a análise de suas atitudes, hábitos e tendências de comportamentos espaciais. E, por envolver diretamente estes fenômenos, não pode ser quantificada, mas qualificada.

Como estratégia de redação e exposição dos resultados no nosso estudo, o texto se estrutura da seguinte forma. No primeiro capítulo, intitulado **Educação Inclusiva: A inserção dos cegos na sociedade e no espaço**, discutimos as diversas tentativas de aprimorar a Educação Inclusiva e de favorecer a inserção dos portadores de deficiências nas escolas regulares; buscamos definir também as modalidades de deficiência visual, ou seja, a cegueira parcial e a total; por fim, analisamos como os cegos são inseridos no espaço.

O segundo capítulo, denominado **Condições de infraestrutura e acessibilidade do IC-CG: autonomia ou dependência?** aborda o Instituto dos Cegos de Campina Grande (IC-CG) como um ambiente de oportunidades e convivência, no qual os cegos têm a chance de aprender Braille e várias outras atividades. Nessa mesma parte do texto, refletimos sobre os espaços com infraestruturas preparadas para deficientes visuais, buscamos, assim, explicar a composição de um arranjo espacial adaptado para o uso e mobilidade das pessoas com deficiência visual. Por fim, procuramos analisar, através de questionários aplicados com os beneficiários da instituição e da pesquisa de campo realizada no entorno do IC-CG, as condições de infraestrutura e acessibilidade da área para receber estas pessoas portadoras de deficiência visual.

No terceiro capítulo, nomeado de **Táticas de mobilidade espacial utilizadas por deficientes visuais no entorno do IC-CG**, analisamos as táticas de mobilidade espacial que os deficientes visuais do IC-CG utilizam para se locomoverem no entorno da Instituição, ou seja, como se apropriam e se locomovem no espaço utilizando outro sentido que não seja a visão. Finalmente, buscamos entender o que o IC-CG representa para eles como lugar. Assim, procuramos identificar que sentimento eles nutrem em relação ao Instituto.

Por fim, nas considerações finais, buscamos destacar os resultados obtidos nas análises, se foram satisfatórios para responder aos questionamentos

inicialmente propostos, apresentando novas propostas de ação, bem como sugestões para solução dos problemas enfrentados pelos deficientes visuais no entorno do IC-CG.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INSERÇÃO DOS CEGOS NA SOCIEDADE E NO ESPAÇO

Neste primeiro capítulo discutimos as diversas tentativas de aprimorar a Educação Inclusiva e de favorecer a inserção dos portadores de deficiências nas escolas regulares, abordamos também casos de estudantes com cegueira parcial e total e, por fim, como estes cegos são inseridos no espaço.

1.1 UMA SÍNTESE SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Discutir inclusão é falar de multiplicidade, de diversidade e de integração. Sendo assim, ela se sustenta no pressuposto de que somos iguais, porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente. De acordo com Díez (2010, p.17), a educação inclusiva é

[...] um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em contexto educativo comum.

Desta forma, o modelo da inclusão educacional orienta o processo de mudanças desde a educação comum aos serviços de apoio especializados para promover o desenvolvimento das escolas, constituindo práticas pedagógicas capazes de atender a todos os alunos. Assim sendo,

O sistema educacional inclusivo está fundamentado na Constituição Federal/88, que garante a educação como um direito de todos, e no Decreto Nº. 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), assegurando o direito de pleno acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2010, p.1).

Desse modo, a implantação da educação inclusiva requer a definição de políticas públicas que busquem alterar a organização dos sistemas paralelos de ensino comum e especial, consolidando uma proposta de educação especial integrada ao projeto político pedagógico da escola comum, capaz de contestar as diferentes formas de exclusão e garantir as condições de acesso, participação e

aprendizagem, garantindo, também, um Atendimento Educacional Especializado para este público. Desse modo, como nos afirma Montoan (2010, p. 13 - 14),

[...] a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva constitui uma grande força alavancada pela educação brasileira, em favor da inclusão. Ao romper com a possibilidade de a Educação especial substituir a escola comum, o documento sinaliza a abertura de novos horizontes educacionais. O norte inclusivo da Política torna a Educação Especial uma modalidade de ensino, complementando a formação dos alunos, sem, contudo, confundir-se com o que é específico do processo de escolarização comum.

Temos, então, o Decreto Nº. 6.571, de 17 de setembro de 2008, que define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e institui o financiamento, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para a oferta do AEE aos alunos matriculados nas classes comuns do ensino regular da rede pública. (BRASIL, 2010). Sobre o atendimento educacional especializado e o financiamento, o art.1º dispõe,

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (DECRETO Nº 6.571/2008, art.1º).

Este Decreto, contudo, consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, destinando recursos do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede de ensino regular (BRASIL, 2010). Dessa forma, de acordo com Machado (2010, p.63),

[...] serão contabilizados duplamente no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto 6.571/08, os alunos matriculados em classes comuns de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE, a partir de 2010, com base no censo escolar de 2009. Isso vai possibilitar o investimento na formação continuada de professores, na implantação de salas de recursos multifuncionais e na reformulação do espaço físico.

Como vimos, a inclusão em escolas regulares dos portadores de algum tipo de deficiência passa a ser assegurada por Leis e decretos governamentais que, através de suporte financeiro e técnico, garantem direitos a estas pessoas, e, veremos então, a seguir, como aconteceram as diversas tentativas de aprimorar esta Educação Inclusiva e de favorecer a inserção dos portadores de deficiências nas escolas regulares, tomando como base as políticas públicas de inclusão.

De início, portanto, foi criada a Educação Especial com classes especiais que funcionavam com currículos, metodologias, pessoal, e organização própria, funcionando como um espaço que separava aqueles que não se encaixavam nas regras do ensino regular. Segundo Freitas (2010, p. 27),

No Brasil, as classes especiais foram criadas entre 1960 e 1965, em todo o país, para pessoas excepcionas. Este era o termo empregado exclusivamente para as pessoas que freqüentavam as classes especiais. Estas classes especiais contribuíram novamente para a segregação e exclusão [...].

Posteriormente, surge um modelo educacional relacionado à inclusão destes deficientes nas classes regulares, foi a Integração, neste caso, dos alunos vindos de classes especiais que funcionavam nas próprias escolas, encaixar-se-iam nas regulares de acordo com suas condições de acompanhamento nas turmas, recebendo ainda um apoio paralelo.

No entanto, várias críticas surgiram a respeito desta política de Integração, principalmente pela questão das classes especiais, que, como vimos anteriormente, segregarem ainda mais os alunos, excluindo-os do restante do alunado da escola, já que se tratavam de classes nas quais, apesar de estarem no mesmo ambiente, funcionavam separadas das regulares.

A crítica a esse processo de exclusão no interior da própria escola, bem como as novas demandas e expectativas sociais, culminou com a criação da proposta de Educação Inclusiva, mundialmente disseminada pela força de organismos como a UNESCO e outras organizações internacionais. (GLAT e BLANCO , 2007, p. 23)

Todavia, vale ressaltar que as reflexões e as conquistas obtidas a partir da política de Integração evoluíram para o debate atual sobre as formas mais

adequadas e inclusivas de ensino para alunos com deficiências e outras condições peculiares de aprendizagem.

Desta forma, quando a Educação Inclusiva surge como política educacional oficial do país, traz consigo a proposta da inclusão dos alunos com deficiências em classes comuns do ensino regular. Neste caso, a escola passaria a ter que se adequar para suprir as necessidades dos alunos de acordo com suas deficiências, cabendo a ela a flexibilização curricular para dar o suporte adequado à necessidade educativa de cada um. Porém, essa perspectiva de educação inclusiva convive, na maioria dos sistemas escolares, com a Educação Inclusiva calcada no modelo de Integração. Por outro lado, embora muitas escolas aceitem a diversidade em seus discursos, a realidade não se adéqua às propostas da Inclusão, uma vez que, em muitos casos, deixa para os professores e profissionais da educação a responsabilidade para o desenvolvimento da construção do conhecimento nos que apresentam necessidades educacionais especiais.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitadas em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas. (BRASIL, 2010 p.8)

Desta forma, a Educação Inclusiva passa a significar um novo modelo de escola, no qual portadores de deficiências especiais que, até então não podiam frequentá-la, passaram a ter aulas em instituições que se organizaram com profissionais preparados para recebê-los, garantindo seus direitos à educação e à cidadania. De acordo com Fogli (2010, p. 44),

A inclusão em educação torna-se um conjunto de medidas voltado a garantir “espaços” para os excluídos; sujeitos que, por um motivo ou outro, não estão inseridos no modelo de aluno para o qual o sistema e suas políticas e filosofias esteve preparado para educar.

Atualmente, a postura legalista e a política nacional adotada visam à integração dos portadores de deficiência, acompanhando as iniciativas realizadas em âmbito internacional, organizadas pelos Movimentos de Direitos Humanos, pela ONU, entre outros. Nesse sentido, a inclusão é entendida no sentido amplo, envolvendo as esferas culturais, socioeconômicas e políticas. O objetivo, não

obstante, concentra-se em “normalizar” aqueles que “são tidos como anormais”. (BRUMER, PAVEI e MOCELIN, 2004).

Partindo deste pressuposto, notamos que, recentemente, as pessoas com algum tipo de deficiência vêm tendo a oportunidade de realizar funções que antes não realizavam, devido aos preconceitos da sociedade em geral, que buscava discriminar e afastar os deficientes do mercado de trabalho, das universidades e de qualquer lugar público, marginalizando-os e deixando-os ainda mais na escuridão. Conforme Glat e Blanco (2007, p. 16),

A política de Educação Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país com a qualificação de todas as crianças e jovens no que se referem a conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo de ensino-aprendizagem escolar [...].

Assim, notamos que o processo de inclusão na infância e na juventude se refere a um método educacional que visa entender ao máximo a capacidade da criança e do adolescente portador de deficiência na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento do suporte de serviços da área de Educação Especial, através dos seus profissionais devidamente qualificados e formados para incluir as diferenças. Enfatiza que a interação social é fundamental porque favorece a aprendizagem significativa e a expressão de múltiplas linguagens, sendo elas: verbal, corporal, afetiva, criativa e imaginativa, que constituem funções humanas. Mas, devemos lembrar que a inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto e aprimorado. Veremos no próximo tópico, no caso dos alunos com baixa visão e cegueira total, como historicamente aconteceu esta inserção nos sistemas escolares.

1.2 DEFICIENTES VISUAIS: BAIXA VISÃO E CEGUEIRA TOTAL

A baixa visão é uma deficiência que precisa de estratégias e de recursos específicos, consistindo um fator importante à compreensão pedagógica para se abranger esta deficiência e se conseguir aplicar os recursos pedagógicos necessários em salas de aulas, favorecendo, assim, as condições legais de aprendizagem nas escolas. As principais enfermidades causadoras desta baixa

visão são: retinopatia da prematuridade¹, a retinocoroidite macular por toxoplasmose², o albinismo oculocutâneo³, a catarata congênita⁴, a retinose pigmentar⁵, a atrofia óptica⁶ e o glaucoma⁷.

Torna-se mais difícil, no entanto, perceber a baixa visão durante os primeiros anos de vida, pois os objetos usados pelas crianças são de cores mais fortes, os desenhos dos livros são maiores e com poucas letras ou as mesmas são ilustradas em tamanhos maiores. Por outro lado, como os pais ou professores fazem geralmente a leitura para as crianças, esta deficiência é pouco perceptível nos primeiros anos de vida delas.

Quando observado o problema da pouca visão, devem-se realizar avaliações por meios de aspectos qualitativos e quantitativos.

De acordo com a estimativa da Organização Mundial de Saúde- OMS, cerca de 70% da população considerada cega possui alguma visão residual aproveitável. Nesse ponto, há a necessidade de uma avaliação quantitativa ou qualitativa que vise a possibilitar o uso eficiente e a funcionalidade de qualquer percentual de visão (BRASIL, 2010, p.8).

Então, apresentaremos aqui como funciona cada um destes testes. A maneira quantitativa é feita pelo oftalmologista, que faz o diagnóstico através de teste de acuidade visual com os pacientes, o método mais conhecido e eficaz é o feito por meio da Tabela de Snellen, que consiste em ler linhas de letras cujo tamanho vai diminuindo e que são penduradas a uma distância padronizada da

¹ A retinopatia da prematuridade- doença do desenvolvimento da vascularização da retina, que nos bebês que nascem prematuros não se encontra desenvolvida. Esse desenvolvimento fora do ambiente uterino pode dar-se de forma anômala, levando a alterações capazes de destruir a estrutura do globo ocular e conseqüentemente à cegueira. In: www.ofthalmologia-pediátrica.com.br. Acesso em: 22/08/2014.

² Retinocoroidite macular por toxoplasmose- doença transmitida pelo parasita toxoplasma gondii, que pode se alojar na retina e provocar lesões graves. In: <http://www.portaldaoftalmologia.com.br>. Acesso em: 22/08/2014.

³ Albinismo oculocutâneo- anomalia genética causadora de indivíduo com a íris branca ou de cor rosada, causando problemas de visão. In: www.infoescola.com.br. Acesso em: 22/08/2014.

⁴ A catarata congênita- doença que causa alterações na formação do cristalino e é a principal causa de cegueira na infância. In: www.visaolaser.com.br. Acesso em: 22/08/2014.

⁵ Retinose pigmentar- doença oftalmológica hereditária. Caracterizada pela degeneração dos cones e bastonetes, células da retina responsáveis por transformar a luz visível em impulso nervoso levado ao cérebro. In: www.einstein.com.br. Acesso em: 22/08/2014.

⁶ Atrofia óptica- desconexão das ligações nervosas que unem o olho ao cérebro. In: www.opticanet.com.br. Acesso em: 22/08/2014.

⁷ O Glaucoma - doença que atinge o nervo óptico e envolve a perda de células da retina responsáveis por enviar os impulsos nervosos ao cérebro. In: www.lotteneyes.com.br. Acesso em: 22/08/2014.

pessoa a ser testada. Porém, existem outros tipos que se adequam à idade e à necessidade de cada um, com o intuito da melhor correção possível.

No caso do aspecto qualitativo, é realizado por qualquer pessoa que tenha contato com essas crianças, ao observar como se comportam diante das situações de costume nos seus afazeres diários.

O professor, ao perceber esta dificuldade, deve tomar cuidados com o tipo e tamanhos das letras, a distância deste aluno em relação à localização do quadro, a incidência do sol na sala de aula e sobre o material a ser utilizado nas tarefas. Tais cuidados são importantes porque é sempre necessário observar a necessidade do aluno e oferecer condições e recursos para que este realize suas atividades de forma adequada e sem se sentir excluído por apresentar uma perda de visão. Segundo Brasil (2010),

A criança com cegueira pode e deve ser incluída em todas as brincadeiras, observando-se eventuais adaptações. O contato com companheiros que enxergam é saudável para todos. Os brinquedos não devem ser vistos como situação de risco ou de perigo. A criança com cegueira deve aprender a lidar com riscos e limites reais e não imaginários, bem como aprender a lidar com a própria limitação [...], (2010, p. 34).

Então, entende-se, a partir disso, que as crianças portadoras de deficiência visual devem ser igualmente estimuladas para que possam brincar, pular, dançar, cantar e participar de todas as atividades próprias da infância porque apresentam as mesmas potencialidades de desenvolvimento e de aprendizagem, tanto no caso da cegueira parcial quanto total.

É entendida como cegueira total a completa perda de visão, na qual a pessoa nem sequer percebe a luminosidade. Segundo o Instituto Benjamim Constant, “A cegueira total ou simplesmente AMAUROSE, pressupõe completa perda de visão. A visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente. No jargão oftalmológico, usa-se a expressão ‘visão zero’”. Neste caso, de cegueira total, é necessário que se use o sistema braile, a bengala, os treinamentos de orientação e de mobilidade, os quais se tornam fundamentais para locomoção e desenvolvimento destas pessoas.

Os indivíduos com cegueira total aprendem a conviver com a realidade de uma maneira diferente, começam a observar detalhes que os ajudam a viver normalmente no seu cotidiano, quando descem de um ônibus em suas paradas sem

perguntar a ninguém é porque estes vêm observando, pelo percurso do entorno, as curvas, as lombadas, os odores e tudo vai ajudando na identificação de seu destino. A forma de se passar o troco do dinheiro também é outro fato que deixa as pessoas intrigadas, na realidade é apenas a organização que o cego faz em seu bolso, pois a ordem das notas é feita de forma a facilitar seu manuseio durante os pagamentos.

Porém, apesar de todas as habilidades citadas anteriormente, os cegos são motivos de piadas e de constrangimentos por onde passam, devido a sua falta de visão. Para Brasil (2010, p. 26), “As pessoas com cegueira costumam ser interpeladas de forma grotesca, irônica ou hilariante em todos os lugares por onde circulam”. Desta forma, percebemos que os cegos são tidos muitas vezes como pessoas engraçadas, e causam risos, desconfortos e animosidade nas pessoas que as circulam em diversos ambientes, algumas vezes se usam palavras no sentido pejorativo, a exemplo de “ceguinho”, como se estivesse diminuindo o deficiente visual e como se ele precisasse de compaixão por apresentar aquela deficiência. De acordo com Orrico, Canejo e Fogli (2007, p. 117).

[...] o diferente é considerado divino, uma pessoa com poderes especiais, o cego sábio, o adivinho, ou, então, o pecador castigado por Deus, não merecedor de partilhar dos ambientes sociais como os demais membros do grupo.

Em síntese, a pessoa com cegueira é concebida pelo senso comum e pela literatura como tola, incapaz, digna de piedade, assexuada, promíscua ou como ser dotado de poderes e qualidades extraordinários.

Paralelamente a estes preconceitos, o cego vem conseguindo, ao longo dos anos, direitos que lhe dão oportunidades de ingressar no mercado de trabalho, no campo acadêmico e em diversas esferas do poder. Buscaremos, então, entender como isso foi possível, fazendo uma breve síntese sobre a introdução do deficiente visual nos sistemas escolares.

Historicamente, no Ocidente, existe referência de iniciativas educacionais dirigidas a alunos cegos desde o século IV, que surgiram com São Basílio de Cesárea, que fundou um abrigo para cegos. Já no século XVI, um médico de Pávia, na Itália, chamado Girolina Cardono, teria imaginado que era possível ensinar os cegos a ler através do tato. No entanto, só a partir do século XVIII foi criada na França, por Valentin Haüy, a primeira escola para cegos e lançado o primeiro livro

para o ensino de matemática. (TELEFORD e SAWREY,1998, apud ORRICO; CANEJO; FOGLI, 2007, p. 117).

Outro grande acontecimento que ocorreu para permitir a educação e desenvolvimento social de uma pessoa cega foi a criação, por Louis Braille, na França, 1829, do Sistema Braille. Tal sistema trata-se de um “Processo de leitura e escrita através de pontos em relevo, organizados, como se usa no Brasil, em uma célula de seis pontos” (ORRICO, CANEJO; FOGLI, 2007, p. 117).

No Brasil, um passo importante para a educação dos cegos se deu em 1854, quando o Imperador D. Pedro II fundou, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que atualmente é o Instituto Benjamin Constant, uma importante instituição que é referência nacional para as questões da deficiência visual. E, no final do século XIX e início do século XX, outras instituições foram criadas no país para estas pessoas com deficiência visual, como o Instituto São Rafael e, anos mais tarde, em 1933, o Instituto de Cegos da Bahia. Instituições que só foram construídas devido à ajuda de associações como a Maçonaria e o Rotary Clube, que contribuíram com recursos para a formação de professores pelo Instituto Benjamin Constant. (LOBO, 1997, apud ORRICO; CANEJO; FOGLI, 2007, p. 118).

Porém, segundo Bueno (1993, apud ORRICO; CANEJO; FOGLI, 2007, p. 118), só no final dos anos 1950, com a Campanha Nacional de Educação de Cegos, promovida pelo Ministério da Educação, este trabalho ganhou mais impulso. E, nos anos 1970, foi criado, no Ministério da Educação, o Centro Nacional de Educação Especial, que era incumbido de coordenar a implantação de uma política de educação das pessoas com deficiências, incluídos os chamados deficientes visuais. (MAZZOTTA, 2001, apud ORRICO; CANEJO; FOGLI, 2007, p. 118). O período que vai até os anos 1990, para Orrico, Canejo e Fogli, (2007, p. 118),

[...] foi marcado, principalmente, pelos sistemas de Educação, federal, estadual e municipal, assumirem, de forma gradativa, a responsabilidade pela promoção da educação das pessoas com deficiências, através da implantação de classes especiais e salas de recursos.

Isso aconteceu graças à organização de coordenações ou departamentos de Educação Especial nas secretarias de Educação de estados e municípios, bem como ao apoio à formação inicial e contínua de pesquisadores, especialistas e professores na área da Educação Especial. E, ainda, ocorreu também pelo interesse

dos profissionais da educação, que se sentiram estimulados com a presença de alunos portadores de deficiência visual na rede pública de ensino, fazendo-os buscarem maiores conhecimentos sobre o tema.

A partir dos anos 1990, as políticas públicas centravam-se, no caso dos deficientes visuais, na organização do ensino e instalação de classes em Braille e na adaptação social e reabilitação. “Sendo assim, cabia à pessoa adaptar-se ao meio onde vive e não o contrário”. (BRUMER; PAVEI; MOCELIN, 2004).

Apenas no ano de 1994, o Brasil afirmou sua opção por construir um sistema educacional inclusivo. Tal afirmação se constituiu como um resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, na Espanha. Desta forma, Orrico, Canejo e Fogli, (2007, p. 119) argumentam que,

A partir da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e da Resolução CNE/CEB nº 2/2001(BRASIL, 2001), que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, se intensificaram no Brasil as ações, projetos e políticas voltados para a inclusão na Educação. (2007, p. 119).

No que diz respeito aos educandos cegos ou de baixa visão, segundo Orrico, Canejo e Fogli (2007, p.119), "esta política tem sido fomentada por meio de projetos conduzidos pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação, pelo Instituto Benjamin Constant e outros parceiros".

Tal contexto permitiu que se pudesse afirmar que nos dias atuais já existe a inclusão dos cegos nas classes regulares do ensino, nas quais a alfabetização em Braille das crianças com cegueira total ou com uma deficiência parcial é simultânea ao processo de alfabetização das demais crianças na escola.

Hoje, também, os estudantes cegos da Rede Pública de Ensino Fundamental recebem do Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), materiais próprios para cegos, como a reglete, que é um objeto idêntico a uma régua com células Braille em toda sua extensão, e o punção, que é um objeto de madeira ou de plástico com a ponta de metal, que serve para escrever em um papel especial de 120g e 180g. As escolas que têm alunos cegos matriculados ganharam também máquina Perkins, que é parecida à de datilografia e livros didáticos iguais aos dos outros alunos, todos em Braille (ORRICO, CANEJO e FOGLI, 2007, p. 126). Estas políticas ajudam na inclusão destes portadores de deficiência visual nas escolas, favorecendo um futuro

com mais possibilidades no mercado de trabalho, como veremos a seguir no tópico da inclusão do cego pelo espaço.

1.3 INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS: PERSPECTIVA DE ANÁLISE A PARTIR DOS ESPAÇOS DE DESLOCAMENTO E MOBILIDADE

A questão da acessibilidade espacial para os deficientes sensoriais ou com mobilidade reduzida está estabelecida pela Lei nº 10.098/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 5296/2004, que estabelece, no art.1º, as normas e critérios básicos para que estes sujeitos tenham o direito de ir e vir com total segurança, mediante a eliminação “de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (MONTEIRO, 2012, p.7).

Ainda de acordo com o mesmo autor,

No que se refere especificadamente aos deficientes visuais, a lei menciona a necessidade de implantação de dispositivos sonoros nos semáforos para orientação na travessia de ruas e avenidas com trânsito intenso (art. 9º), além de especificar que os projetos e traçados dos elementos de urbanização públicos e privados de uso da comunidade-itinerária e passagens de pedestres – sigam os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (art. 5º). (2012, p.7).

No entanto, ainda é possível notar uma grande dificuldade para que esse público tenha seus direitos assegurados e respeitados, ainda se deixa muito a desejar no que diz respeito à preparação do espaço para incluir estes portadores de deficiência.

Um cego, quando se desloca em diferentes espaços, estimula sua memória, conseguindo, desta forma, organizar uma orientação do mundo exterior, assim, consegue maior familiaridade com os objetos e as pessoas que os circulam, facilitando a identificação do local posteriormente. No espaço, consegue realizar seu deslocamento gravando as noções de direção e distância, percepção do mundo e percepção espacial com referência em seu corpo, ocasionando assim uma maior interação com a sociedade, evitando, deste modo, seu isolamento e oferecendo oportunidade de movimentos do corpo, melhorando suas ações motoras e atingindo dimensões sociais como o direito de se locomover indo e vindo aos lugares.

Boulch (1988, p. 51, apud SANTOS 1998, p.3) menciona o movimento como "sendo ações expressivas do corpo, suas reações tônicas assumem uma dimensão social na medida em que se revestem de um sentido pragmático ou simbólico para outrem". Desta forma, deve-se dar-lhe condição de ir e vir, com orientação e mobilidade para que ele exerça este direito com independência e espontaneidade, podendo a qualquer momento realizar suas atividades e compromissos, dando um passo importante para vencer a exclusão.

Segundo Pereira (1990, p. 43, apud SANTOS 1998, p.4), a orientação

É um processo que o cego usa através de outros sentidos para o estabelecimento de suas posições em relação com todos os objetos significativos do seu meio circundante; e mobilidade é a capacidade de deslocamento do ponto em que se encontra o indivíduo para alcançar outra zona do meio circundante (1990, p. 43).

Então, percebemos que estes dois fatores tanto a orientação quanto a mobilidade são elementos importantes para que o cego consiga se locomover com liberdade, e, ainda, é inconstitucional e ilegal criar qualquer tipo de barreira que impeça o cego de seu direito de ir e vir, pois, segundo a Constituição brasileira, "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens" (1988, art. 5º, parágrafo XV, apud SANTOS, 1998, p.4).

Paralelamente a estas questões, no que diz respeito à acessibilidade e mobilidade no espaço vivido, os termos da Constituição se justificam porque o cego atualmente vem conseguindo se manter ativo em diversas áreas na sociedade, devido à contribuição das instituições e escolas que o preparam para disputar vagas de emprego e, assim, garantir sua cidadania e seu próprio espaço entre os videntes.

Os cegos vêm conseguindo superar as barreiras encontradas se destacando em diferentes ramos, no mercado de trabalho, no meio acadêmico e em outros variados campos do conhecimento. Conseguiram sua independência na vida privada, garantindo sua própria manutenção financeira.

Essas melhorias constituem o início de conquistas que o deficiente visual vem alcançando ao longo dos anos, mas que, no entanto, ainda não superam todas as exclusões, um exemplo seria o fato de um cego não conseguir responder a uma prova do Enem em Braille porque o tempo seria insuficiente para tantas questões, sendo obrigado a ficar com dois fiscais ao seu lado enquanto um leitor faz a leitura

da prova de tinta para o deficiente responder, desta forma, esta situação se torna mais um desafio para o cego superar e ingressar na Universidade.

Apesar disso, o Braille ainda é considerado como o ponto determinante para os avanços do cego, pois possibilita ao deficiente visual a inserção em diferentes níveis de estudo e o trabalho em variadas funções, mesmo que algumas vezes com limitações, como destacamos.

De acordo com a diretora do Instituto dos cegos de Campina Grande,

O método Braille dá autonomia e independência às pessoas com deficiência visual [...], a ausência da visão não é uma barreira. Quando a criança ou jovem aprende o método, ele pode ser incluído em qualquer nível de ensino e no mercado de trabalho.

Neste caso, percebemos que está sendo possível a inserção de cegos em diversos segmentos da sociedade. O que antes não acontecia, hoje já se torna comum, ou seja, encontrar uma pessoa cega em determinados cargos, tanto em empresas privadas quanto nos serviços públicos, o que representa avanços adquiridos pelos deficientes visuais. O governo também tem criado dispositivos com incentivo fiscais de apoio a empresas que admitem deficientes visuais como funcionários, através da retirada de alguns impostos.

Desta forma, o Estado contribui para estas melhorias apoiando a inserção destas pessoas como mão de obra ativa na indústria, por meio do ensino técnico, que tem como objetivo prepará-las e encaminhá-las para o mercado de trabalho. Por outro lado, o governo passa a não mais querer fornecer o auxílio da aposentadoria, um direito adquirido pelo portador de deficiência, uma vez que estes passam oficialmente a ser contribuintes, porque trabalham com carteira assinada ou através do regime estatutário nos serviços públicos. E, ainda mais, as empresas que admitem pessoas cegas em seu quadro de funcionário acabam por receber a isenção parcial de alguns impostos. Para Faustino Neto,

Com o advento da modernidade e do pensamento humanista instaurou-se entre os direitos humanos, o direito a vida e a cidadania, garantidos primordialmente pelo Estado Moderno que, a partir de então, se viu comprometido com o papel de assegurá-los à sociedade, que engloba essa parcela da população que outrora fora marginalizada. (2010, p.9).

Como vimos, estes direitos tiveram início, sem dúvida, como destacado antes, com a criação do sistema Braille e as instalações dos primeiros institutos que

possibilitaram à pessoa cega o direito de aprender, tanto em áreas específicas como em seu cotidiano com pessoas videntes.

No Brasil, a partir da criação do Instituto Benjamin Constant, em 17 de setembro de 1854, no Rio de Janeiro, outras instituições foram surgindo, tanto para o atendimento infantil educacional quanto direcionado às pessoas adultas. Enfim, estas instituições proporcionaram ao cidadão, que por algum motivo ficou cego na maior idade, a possibilidade de aprender desde o Braille até as mais simples tarefas cotidianas.

Estes ambientes atualmente são preparados com os mais sofisticados aparatos para oportunizar ao cego aprender desde uma simples atividade doméstica até usar a mais moderna ferramenta que é o computador e, com ele, acessar a internet e se manter atualizado e informado.

No caso do IC-CG, que veremos no capítulo seguinte, surgiu graças a uma iniciativa do advogado e professor José da Mata Bonfim, que fundou, em 1952, o instituto em sua própria casa, no bairro da Prata. Lutando muito com o poder municipal e estadual por uma sede própria, a qual só veio a conseguir através da doação do terreno na administração de Elpídio de Almeida, em 1959, onde então foi construída a instituição.

Um ponto que nos leva a uma curiosidade é ainda a existência de instituições especializadas na educação dos cegos, contradizendo a política de inclusão deles em escolas regulares. Por que estas instituições ainda se mantêm? Se observarmos, elas nos remetem à política de criação de espaços especiais e segregados para educar os deficientes visuais, criados nos anos sessenta do século passado, como mostrado anteriormente. Embora discutir a efetividade da política de inclusão não seja o foco da nossa pesquisa, podemos levantar algumas hipóteses para essa permanência. Entendemos que tal persistência se deve ao caráter processual da Educação Inclusiva. Por outro lado, muitas escolas e seu quadro de profissionais não se encontram ainda devidamente preparadas para incluir plenamente esses sujeitos. Apesar de os alunos jovens que usam o IC-CG frequentarem as classes regulares, existe a necessidade de um apoio especializado nesse instituto, por motivo da não existência de uma preparação pedagógica adequada dos professores, nas escolas regulares, que lhes habilite a se tornarem didaticamente preparados para ensinar aos cegos, principalmente nas ciências exatas. Por outro lado, nesta instituição, os deficientes visuais disponibilizam de

espaço para outras atividades culturais e esportivas, que dificilmente são oferecidas nessas escolas, coisa que torna o IC-CG ainda atrativo para os seus usuários. Sua plena funcionalidade no presente termina justificando nossa abordagem geográfica.

Por fim, para concluir essa parte da nossa análise, podemos afirmar que a inclusão dos cegos no espaço, através de sua inserção econômica, não vem acompanhada de mudanças na configuração do mesmo, notadamente em sua configuração urbana. Assim, os espaços urbanos não estão preparados para recebê-los, apesar de Leis e Decretos que advogam as suas adaptações para que possam garantir a acessibilidade e os direitos dos portadores de deficiência visual. Ainda são poucas as mudanças espaciais que favoreçam essa inclusão. Veremos no próximo capítulo como devem ser os espaços urbanos preparados para os deficientes visuais, com a presença de lombadas, sinalizações sonoras, placas referentes ao símbolo de deficientes visuais, pisos táteis, entre outros. Além disso, quais são as Leis que regulamentam essas implantações nas cidades e nos ambientes públicos e privados.

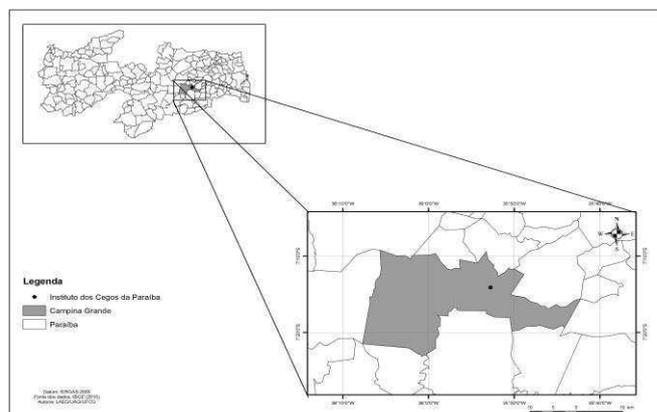
2 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE DO IC-CG: AUTONOMIA OU DEPENDÊNCIA?

Este capítulo analisa as condições de infraestrutura e de acessibilidade do entorno do Instituto dos Cegos de Campina Grande (IC-CG). Para isso, primeiramente, analisamos sobre sua função como um ambiente de oportunidades e convivência, no qual os cegos têm a chance de aprender Braille e desenvolver várias outras atividades. Outro ponto estudado se refere à adaptação dos espaços com infraestruturas preparadas para permitir a acessibilidade e mobilidade de deficientes visuais, ou seja, buscamos apresentar como seria este tipo de espaço e, por fim, procuramos analisar, através de questionários aplicados com os beneficiários da instituição e da pesquisa de campo no entorno do IC-CG, se o entorno do mesmo apresenta este tipo de infraestrutura pronta para receber os deficientes visuais usuários desse espaço.

2.1 O IC-CG: UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM

O Instituto dos Cegos está localizado no Bairro do Catolé, em Campina Grande, (Mapa 1). Foi criado em 1952, mas só passou a existir legalmente a partir de 1962. Surgiu por iniciativa do falecido professor José da Mata Bonfim, que foi aluno do Instituto dos Cegos da Paraíba, que se localizava em João Pessoa- PB. Por ser pedagogo e advogado, o referido professor preocupou-se em trazer para o interior a oportunidade para os deficientes visuais estudarem e, mais, queria também incluir música, arte e desporto, haja vista que, na capital, a ênfase era apenas na prática da leitura e da escrita.

Mapa 1 – Localização do IC-CG



Elaboração: Anna Raquel Dionísio Ramos.

O Instituto passou, e passa, por grandes dificuldades, sendo interdito no período de 1994 a 2000, através de uma ação judicial, devido a alguns deslizes da administração da época, interditando o seu prédio. Com esta interdição houve muitos prejuízos, pois aconteceu depredação, resultando na perda de todo seu acervo histórico. Porém, esta situação também serviu para o fortalecimento dos seus membros, que formaram a Associação Paraibana dos Deficientes Visuais (APADEVI), a qual ficou funcionando no bairro do Novo Cruzeiro, para onde foram transferidas todas as suas atividades didático - pedagógicas.

Hoje, de volta a sua sede, apesar de a instituição enfrentar diversos problemas estruturais e financeiros, grande parte de alunos conseguem se destacar na esfera pedagógica, na arte e no desporto.

A instituição possui um espaço físico de 107m², com uma área construída de 23X18m, dividida em quatro pavimentos. (Figura 1)

Figura 1 – Instituto dos Cegos de Campina



Fonte: SILVA, 2014.

O Instituto também possui quadra poliesportiva, e, ao todo, possui seis (6) salas de aula para o desenvolvimento da prática pedagógica, como educação para crianças cegas, que no seu espaço aprendem a coordenação motora, cognitiva e afetiva; sala de aceleração, para acelerar os estudos dos adultos atrasados; além da sala de informática.

O Instituto abriga portadores de deficiência visual, com perda parcial ou total da visão, vindos de diversos bairros de Campina Grande e cidades vizinhas, que encontram na instituição a ajuda necessária para tentarem conseguir incluir-se na sociedade e terem uma vida normal. Atualmente, o Instituto trabalha com 180 deficientes que estudam e aprendem a fazer diversas atividades cotidianas. Um dos

estudantes que passou pela instituição e que conseguiu se destacar no meio acadêmico realizou seu trabalho de conclusão de curso com uma sua pesquisa voltada à emancipação da pessoa cega no IC-CG.

O estudante João Faustino, que ficou cego depois de um tumor cerebral que atingiu o nervo ótico, descreve em seu trabalho que encontrou no Instituto uma grande oportunidade de melhorias para sua vida e, através da instituição, conseguiu aprender Braille e o ingresso na Universidade Estadual da Paraíba, na qual cursou História. Em sua pesquisa, ele destaca a importância da instituição para as pessoas cegas e apresenta a emancipação do cego em diversos segmentos da sociedade. Segundo ele,

[...] as PC buscam no Instituto dos Cegos, possibilidades que lhe garantam sua emancipação e, conseguinte, uma autonomia em relação à prática de leitura e escrita em Braille; ao caminhar sozinho de bengala fora do Instituto com vista a obter maior nível de acessibilidade etc. (FAUSTINO NETO, 2012, p.2).

No IC-CG são realizadas várias atividades, como educação infantil, apoio pedagógico para Ensino Fundamental, informática adaptada, desporto adaptado, musicalização, assistência social, aulas em Braille e, ainda, há a alimentação. As crianças, adolescentes e adultos recebem serviços de aprendizagem que vão desde a alfabetização até a preparação para o ingresso à Universidade, através dos cursinhos pré-vestibulares.

O que se pode perceber é que o IC-CG tem o objetivo de atender pessoas portadoras de deficiência visual em diversas áreas, na educação, esportes, lazer e na música. No instituto existe o espaço destinado à cultura. Nesse espaço surgiu, em 2005, o Quarteto de Luzes, um grupo musical que tem a expectativa de socializar o cego, divulgando as potencialidades musicais dos deficientes visuais, a propagação e o fortalecimento da cultura nordestina e, por fim, representar o IC-CG em diversos eventos, tanto nacionais quanto internacionais. Neste quarteto, apenas um integrante é vidente, por isso se deu o nome de “Luzes” devido à falta da luz dos olhos dos outros três que fazem parte do grupo, mas, em contrapartida, eles apresentam uma sensibilidade e uma visão musical maior que muitos videntes.

O quarteto tem influência de grandes nomes da MPB, a exemplo de Caetano Veloso, Djavan, Roupas Nova, Ivan Lins, Milton Nascimento, Ney Matogrosso, entre

outros. O conjunto interpreta músicas desses artistas, com arranjos vocais feitos pelo próprio quarteto com auxílio da maestrina Livia Pontes.

O esporte também tem grande destaque com o time de futebol para cegos, que já ganhou diversos campeonatos e alguns dos jogadores já participaram de jogos paraolímpicos.

Desta forma, notamos que o IC-CG vem, ao longo de sua construção, levando aos que precisam um apoio e oportunidade para que os mesmos possam seguir suas vidas com as mesmas possibilidades das pessoas que são tidas como “normais”.

No entanto, a instituição vem enfrentando diversos problemas financeiros, o que acaba por impedir que possa realizar um trabalho ainda maior e assista a um número mais amplo de deficientes. Recentemente, em entrevista ao Jornal da Paraíba, a diretora Adenize Queiroz falou sobre os problemas enfrentados pela instituição, sendo os dois principais a falta de dinheiro para manter todas as assistências necessárias e a falta de acessibilidade no local. Segundo ela, são crianças, jovens e adultos que procuram o instituto para desenvolver diversas atividades. Contudo, a estrutura do prédio é antiga e precisa de reformas para se adequar às necessidades dos usuários, já que o espaço para o deficiente visual deve apresentar uma estrutura acessível para suas atividades.

2.2 ESPAÇOS COM INFRAESTRUTURAS PREPARADAS PARA DEFICIENTES VISUAIS

De acordo com Corrêa (2007), a organização espacial é produto, reflexo, meio e condição de reprodução social. No tocante aos deficientes visuais, essa organização espacial, como vem sendo produzida, parece ignorar as suas existências e suas necessidades de uso e, conseqüentemente, de acessibilidade e mobilidade no espaço. Assim, impõe sérias dificuldades para a reprodução social de direito desses sujeitos.

Com os avanços alcançados pelos deficientes visuais, que lhes permitiram a inserção em diversas atividades na sociedade, algumas mudanças deveriam ter acompanhado este progresso. No entanto, não foi o que aconteceu. Assim, um espaço do cidadão (SANTOS, 1993), que condicione a reprodução efetiva desses sujeitos, parece ainda ser um desafio em muitas cidades brasileiras. Como deveria

ser um espaço urbano adequado para o uso, a acessibilidade e a mobilidade de deficientes visuais?

Veremos como devem ser preparados os espaços urbanos para receber um cego e como a acessibilidade se torna um ponto decisivo nestas mudanças.

Desta forma, notamos que, para o cego, a acessibilidade é fundamental porque este precisa se locomover sem barreiras que os impeçam de passar em lugares públicos ou de ter liberdade de locomoção em ambientes de trabalho e de estudo.

Assim sendo, no entorno de Instituições de cegos devem existir placas de sinalização com o símbolo internacional de pessoas com deficiência visual, que indica a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com esta deficiência. De acordo com ABNT NBR / 9050, “A representação do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira) consiste em um pictograma branco sobre fundo azul”, como podemos observar na figura 2.

Figura 2 – Símbolo internacional de pessoas com deficiência



Fonte: www.pompeumg.com.br. Acesso em 18/08/2014.

Ainda de acordo com esta norma, especificação técnica expressa é de substancial importância para a mobilidade dos cegos nos espaços públicos. Tais especificações são as que tratam da comunicação e sinalização dos acessos e circulação e do mobiliário, pois, respectivamente, regulamentam o uso dos pisos táteis, especificam as condições e sinalização sonora nos semáforos. (NBR 9050, 2004).

De acordo com NBR 9050 (2004, p.30, apud MONTEIRO, 2012, p.8),

A sinalização tátil no piso pode ser do tipo de alerta ou direcional. Ambas devem ter cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente atendendo às seguintes condições. Quando sobrepostas, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser anfrado e não exceder 2 mm. Quando integradas, não deve haver desnível. (2004, p.30)

Ainda sobre os pisos táteis, Moreira (2012, p.8) afirma que,

São faixas em alto relevo fixadas ao chão para auxiliar na locomoção das pessoas cegas em espaços públicos, tanto internos quanto externos. Eles se apresentam sob duas formas - piso direcional ou guia e piso alerta – e possuem especificidades em diversos aspectos. (Figura 3)

Figura 3 – Sinalização com piso tátil do tipo alerta e direcional



Fonte: <http://www.maranhaoborrachas.com.br>. Acesso em 18/08/2014.

Nas ruas deve haver identificação dos nomes dos logradouros públicos através de placas rebaixadas em Braille, bem como nos elevadores de edifícios de uso público. Quanto ao sistema de tráfego, deve haver a implantação de transportes coletivos preparados. Um projeto de adaptação desses meios de transportes seria colocar dispositivos de sinais sonoros, tanto no ônibus quanto no ponto, para emitir um sinal de sonorização na hora da chegada do ônibus, informando, assim, o destino do veículo. Tal projeto foi proposto pela Associação dos Ex-alunos do Instituto Benjamin Constant, para facilitar a vida dos cegos na hora de pegar um coletivo. E, ainda, a aplicação de normas contra a construção de barreiras arquitetônicas. Estas seriam algumas mudanças que deveriam ser feitas nas vias e equipamentos urbanos de acordo com as normas de acessibilidade de portadores de deficiência visual. No entanto, além de todas estas modificações, é necessária

uma maior conscientização da população para evitar trafegar em alta velocidade em vias e locais utilizados por deficientes visuais.

Os moderadores de tráfego têm sido vistos como uma das possibilidades de enfrentar problemas com altas velocidades de maneira eficiente. Segundo Bhtrans (2000), moderador de tráfego é o termo que designa a aplicação da engenharia de tráfego através do desenvolvimento de medidas físicas para controlar a velocidade dos veículos e induzir os motoristas a dirigirem de um modo mais apropriado no meio ambiente.

Uma medida de redução de velocidade que pode ser tomada para sinalização nestas áreas é a implantação de Ondulações (Figura 4), que consistem em porções elevadas da via com perfil circular implantadas em ângulo reto em relação à direção do tráfego. São construídas de meio-fio a meio-fio ou afilada nas pontas, junto ao meio-fio, por questões de drenagem (BHTRANS, 2000, p. 47). Desta forma, elas permitem aos deficientes visuais mais segurança e uma maior mobilidade na hora de atravessar as ruas, pois fica mais fácil identificar a sinalização quando estes precisam realizar a travessia, também os veículos passam a ser obrigados a reduzir a velocidade, amenizando, assim, um pouco os problemas de cruzar as vias públicas.

Figura 4 – Sinalização do tipo ondulação.



Fonte: www.nogueirense.com.br. Acesso em 19/ 08/2014 2014.

Na cidade de Campina Grande, onde fica localizado o Instituto dos Cegos, que é o nosso local de estudo, já é possível ver algumas mudanças em relação à acessibilidade para portadores de deficiência visual. Algumas rampas foram colocadas para acesso tanto nas repartições públicas quanto nas privadas e em locais públicos em geral. Os pisos táteis também estão sendo implantados em espaços públicos, como é o caso da Universidade Federal de Campina Grande e do Terminal de Integração de Passageiros. (Figura 5).

Figura 5 – Sinalização do tipo piso tátil no terminal de Integração.



Fonte: www.g1.globo.com. Acesso em 18/08/2014.

Existe na cidade uma Lei municipal de nº 10.297, de Maio de 2014, que obriga os terminais de ônibus a colocarem placas em Braille com informações sobre os itinerários dos ônibus, porém, o prazo máximo era em 08 de Agosto para que houvesse a regularização, mas até o momento nada foi feito. E, mais, como a Lei é municipal, não garante estas informações na Rodoviária, pois a mesma é intermunicipal.

Desta forma, percebemos que isso configura alguns avanços, para as pessoas que necessitam desses espaços para sua locomoção. Todavia, nem sempre estes avanços estão sendo cumpridos; apesar de as cidades estarem assumindo mais sua responsabilidade para com o cidadão deficiente, ainda existem muitas falhas. No próximo tópico buscaremos apresentar se este tipo de mudança chegou ao entorno do Instituto dos Cegos.

2.3 O ENTORNO DO IC-CG: ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA ADEQUADAS?

Todo deficiente deve ter livre acesso em vias públicas, repartições privadas e atendimento específico, promovendo a sua acessibilidade. De acordo com Brasil (2004),

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 regulamenta as leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que são específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Sobre a acessibilidade, este mesmo Decreto 5.296, Capítulo III, art. 8º e inciso I, considera-a como

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

Então, a sociedade deve promover acessibilidade e garantir ao deficiente o direito de transitar e participar de atividades do cotidiano e viver independente.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, outorgada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, foi outro acontecimento histórico que ajudou na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e, em particular, das pessoas com deficiência. Esta Convenção define como pessoas deficientes aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Seus princípios gerais estão no artigo 3º e são:

a) O respeito pela dignidade inerente, à autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e à independência das pessoas; b) A não-discriminação; c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (ONU, 2006)

Ainda de acordo com esta Convenção, os Estados participantes deverão tomar as medidas que garantam o acesso em todos os locais por portadores de deficiência, assegurando a acessibilidade. Assim sendo, no art. 9º desta Convenção, assume-se o seguinte compromisso:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que

incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

- a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho;
- b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência; (ONU, 2006), (art.9º).

Esta Convenção foi ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186/08 e pelo Decreto Executivo nº 6949/2009. E, assim, deve garantir os direitos dos portadores de deficiência de acordo com o acertado na conferência.

Desta forma, observaremos se essas leis estão sendo seguidas no IC-CG, tendo como base os questionários aplicados junto aos usuários dessa instituição e que compuseram a amostra da nossa pesquisa. Assim, procuramos saber sobre a acessibilidade e a mobilidade tanto no entorno da instituição quanto no seu interior. Nossa questão principal era saber se, em respeito às leis, o entorno da instituição apresenta acessibilidade e se o seu interior tem uma infraestrutura acessível para portadores de deficiência visual.

O IC-CG é um local que deve assegurar a chegada e permanência de todos que da instituição necessitem para qualquer tipo de ajuda, seja direta ou indiretamente, sendo crianças, jovens e adultos, que nasceram cegos, com baixa visão ou adquiriram a deficiência visual de forma repentina da fase juvenil à adulta. Por isso, desde sua construção, como foi citado anteriormente, o Instituto vem ajudando várias pessoas e capacitando-as para o mercado de trabalho, esportes e futuro acadêmico. Mas, também, devolve a vontade de viver daqueles que precisam de um lugar de apoio e de amigos, pois no Instituto encontram pessoas que enfrentam as mesmas dificuldades.

Porém, mesmo com tantas possibilidades de melhorias para o deficiente visual, conforme constatamos na pesquisa de campo, é muito complicado se dirigir ao Instituto dos Cegos de Campina Grande-PB. Seus usuários encontram diversos problemas, sendo o maior deles a locomoção até a chegada e, principalmente, nas proximidades da Instituição. Várias dificuldades foram citadas pelos usuários, nas entrevistas, principalmente por aqueles que não têm a ajuda do guia humano para levá-los ao instituto.

Entre todos os que responderam à pesquisa, se ouviu a mesma reação de indignidade com as calçadas, não só no entorno do Instituto dos Cegos, mas em todas as vias públicas da cidade. Segundo eles, os passeios públicos não apresentam uma padronização para todas as calçadas e fica complicada a locomoção do cego, que é obrigado a andar pelo acostamento da rua, correndo o risco de ser atropelado por um veículo. De acordo com um dos instrutores de informática do IC-CG, fica bastante difícil sua chegada à instituição porque, pela Avenida Almirante Barroso, por onde ele precisa passar, as ruas são bastante apertadas e as calçadas muito irregulares, fazendo com que ele seja obrigado a caminhar pelo acostamento junto aos carros.

Em relação àqueles cegos que precisam pegar ônibus para chegar ao Instituto, os problemas encontrados em comum são as maquinetas de passar o cartão da passagem, porque são diferentes em cada lotação, em um ônibus é do lado direito, já no outro fica do lado esquerdo, em um mais baixo e no outro mais alto. Além disso, segundo relataram, os motoristas não os respeitam e, muitas vezes, dão partida no ônibus sem esperar que o cego se acomode na poltrona.

Outra dificuldade se refere à localização das paradas dos ônibus. As mesmas ficam distantes da Instituição e eles são obrigados a atravessar quatro mãos duplas, o que totaliza oito mãos, como se pode observar na figura (6). Desta forma, para eles, um sinal sonoro os ajudaria na travessia.

Figura 6 – Cruzamento em frente ao IC-CG.



Fonte – SILVA, 2014.

Sobre o problema da infraestrutura no entorno do IC-CG, os pontos em comum encontrados por eles são duas bocas de lobo abertas ao ar livre, uma delas é vizinho ao muro da instituição (Figura 7), o calçamento é irregular e com buracos.

Outro problema é um esgoto escorrendo a céu aberto causando um mau cheiro em frente ao Instituto (Figura 8).

Figura 7 – Boca de lobo na lateral do IC-CG.



Fonte: SILVA, 2014

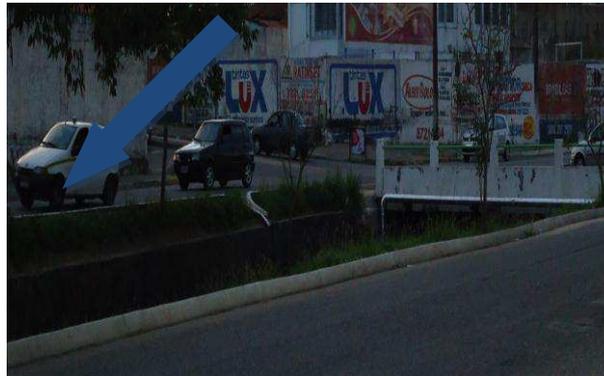
Figura 8 – Esgoto a céu aberto em frente ao IC-CG.



Fonte: SILVA, 2014

Outro Obstáculo que merece destaque é o Canal do Prado (Figura 9), que não apresenta guarda corpo e, segundo o superintendente do Instituto, é de grande perigo, pois se um cego vier a cair dentro irá se machucar ou perder até a vida.

Figura 9 – Canal do Prado no entorno do IC-CG.



Fonte: SILVA, 2014

Ao lado esquerdo do IC-CG, existe uma comunidade de pessoas carentes que, de acordo com os alunos do instituto, pulam o muro para jogar na quadra da instituição e juntos a eles vêm pessoas que já tentaram assaltar os alunos. Como medida de segurança, o muro da Instituição está sendo aumentado para resolver este problema. (Figura 10).

Figura 10 – Obra realizada para levantar o muro no IC-CG.



Fonte: SILVA, 2014

Sobre o espaço no entorno do IC-CG, os respondentes afirmaram que precisa de melhorias urgentes, pois eles sabem que existem leis e as normas da ABNT que regulamentam espaços públicos a se adequarem para deficientes físicos em geral. Para os alunos e funcionários estas mudanças são fundamentais para sua locomoção e segurança.

Por fim, percebemos que todos estes problemas de acessibilidade e mobilidade do entorno da Instituição foram possíveis de serem identificados com a ajuda dos usuários, que relataram sobre o cotidiano deles, descrevendo as dificuldades em usar o espaço do entorno do Instituto. Com isso, foi possível analisar que o espaço do entorno do IC-CG não oferece uma infraestrutura e sinalização adequada para a acessibilidade dos cegos, pois não apresenta equipamentos adequados como: sinais sonoros, calçadas táteis, lombadas onduladas, causando transtorno e dificuldades para os cegos que precisam transitar naquele ambiente.

Em relação ao interior da Instituição, a acessibilidade é um pouco comprometida pelo fato de o prédio ser bastante antigo e não se poder fazer uma reforma que o torne universalizado, com uma rampa no local das escadas (Figura 11).

Figura 11 – Escadas no interior do IC-CG.



Fonte: SILVA, 2014

De acordo com os estudantes e profissionais pesquisados, a escada é o principal problema, pois para um cego é fácil percorrê-la se este estiver em perfeitas condições de saúde, pois nas laterais apresenta corrimãos e rede protetora, porém, se tiver a mobilidade reduzida, como um cadeirante, idosos ou uma criança, torna-se impossível que os mesmos subam aos demais andares do Instituto, deixando de usufruir da biblioteca, das salas de aulas e das atividades recreativas do auditório.

Então, foi unânime o problema encontrado no interior da Instituição, todos os cegos se referiram às escadas como principal obstáculo, já que não universaliza os direitos daqueles que precisam transitar entre os andares do IC-CG. Uma solução que sugeriram foi colocar elevadores, porém, de acordo com o coordenador da sala de recursos multifuncionais da Instituição, seria impossível esta alteração pela questão da estrutura ser muito antiga e não suportar a mudança na construção física do prédio.

Brasil (2004), sobre a acessibilidade em lugares utilizados por deficientes físicos, dispõe que o desenho universal tem que atender a todos, pois:

[A] Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL, 2004) (art. 8º. Parágrafo: IX).

Desta forma, a escada no interior do IC-CG não se adequa às normas de padronização dos espaços para assegurar os direitos dos deficientes físicos. Assim, observamos que a principal razão para que não haja esta mudança acontece pelo

fato de a construção ser antiga e impossibilitada de acompanhar estas normas, o que causa uma dificuldade para os que precisam se locomover no interior da Instituição.

Diante dessas dificuldades de acesso e movimento, como acontece a mobilidade de um cego no espaço? Quais as táticas de mobilidade espacial eles utilizam para transitar e percorrer o espaço do entorno do IC-CG em seu cotidiano? A estas e outras questões, buscaremos responder na parte do texto que se segue.

3 TÁTICAS DE MOBILIDADE ESPACIAL UTILIZADAS POR CEGOS NO ENTORNO DO IC-CG

Diante dos problemas estruturais que dificultam a acessibilidade e a mobilidade dos deficientes visuais que usam o IC-CG, neste capítulo pretendemos responder quais as táticas espaciais que eles utilizam para se locomoverem no interior e no exterior desse instituto e também se eles se utilizam dos outros sentidos para se apropriarem e se locomoverem no entorno dessa instituição. Por fim, qual a percepção deles em relação ao Instituto. As respostas a esses e outros questionamentos se baseiam nos resultados da pesquisa de campo e, principalmente, nas respostas adquiridas com a aplicação do questionário.

3.1 MOBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

A mobilidade se torna mais difícil para quem apresenta algum tipo de deficiência; para os deficientes visuais é necessário que tenham aulas de locomoção e orientação para, assim, se familiarizarem e terem domínio de espaços físicos. Essas aulas consistem na assimilação e na interpretação de referências ou sinais não visuais, como fontes sonoras, pistas táteis, olfativas, entre outras. Por essa razão, este trabalho de mobilidade e orientação é fundamental para a autonomia, independência e autoconfiança dos deficientes visuais. Para Argenta e Sá (2010, p. 36), “O sentido de orientação liga-se com a capacidade de percepção e de localização em relação ao ambiente, enquanto a mobilidade refere-se à capacidade de locomoção ou de deslocamento entre um ponto e outro”. De acordo com Mazarro (2003 p. 17 apud BRASIL, 2003), essa habilidade de compreender o ambiente é conquistada pelos deficientes visuais desde seu nascimento e vai evoluindo no decorrer de sua vida.

Para o cego, o instrumento mais importante para sua locomoção é a bengala, sendo o principal recurso utilizado por ele, e o seu uso eficiente envolve um conjunto de habilidades e de conhecimentos que fazem parte de um programa específico a ser desenvolvido no contexto do atendimento educacional especializado. (ARGENTA E SÁ, 2010, p.36). De acordo com a pesquisa realizada no IC-CG, todos os deficientes visuais da instituição se utilizam deste recurso para locomoção nas vias públicas, mesmo aqueles que apresentam uma baixa visão. Além da bengala,

relataram que utilizam os outros sentidos para orientações, em lugares fechados usam o tato, e em lugares abertos o olfato e a audição.

De acordo com Tuan (1980, p. 6), todos os seres humanos, por terem órgãos similares, dividem percepções comuns em um mundo comum. Mas, cada pessoa tem sua realidade e jeito próprio de compreender o ambiente que a circula, assim, as maneiras que cada um percebe e avalia as cenas são variadas, duas pessoas nunca veem uma imagem de uma mesma forma, pois cada uma tem sua cultura e forma própria de observação. Neste caso, os cinco sentidos apresentados pelo homem são quem facilitam estas percepções do mundo.

No caso da visão, esta se destaca por ser um dos sentidos mais importantes do ser humano, que depende dela para alcançar diversos objetivos e progredir no mundo em diferentes atividades. Para Tuan (1980, p. 7), “Um mundo mais amplo se lhe abre e muito mais informação, que é especialmente detalhada e específica, chega até ele através dos olhos, do que através dos sistemas sensoriais da audição, olfato, paladar e tato”.

Uma pessoa, ao ver um lugar apenas com o sentido da visão, se torna um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena que está de frente de seus olhos. Em contrapartida, alguém que utiliza os demais sentidos para visualizar o ambiente sente sensações diferentes que envolvem as emoções. Sobre isso, Tuan (1980, p. 12) diz que “O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos”.

Desta forma, percebemos que os cegos, por não apresentarem o sentido da visão, utilizam-se dos demais sentidos para ver o mundo, sendo assim, suas emoções deixam que eles percebam o espaço que os circulam de um jeito diferente, envolvendo-se mais com os lugares.

Com a ajuda do tato, eles também encontram informações importantes para sua vida, como a percepção do lugar e dos objetos, sendo fundamental para sua locomoção e sobrevivência. Sobre isso, Tuan (1980, p. 9) afirma que

A natureza fundamental do sentido do tato nos é demonstrada quando refletimos que uma pessoa sem visão pode ainda atuar no mundo, com bastante eficiência, mas sem sentido do tato é duvidoso que possa sobreviver. [...] O tato é a experiência direta da resistência, a experiência direta do mundo como um sistema de resistências e de pressões que nos persuadem da existência de uma realidade independente de nossa imaginação.

Então, percebemos, ainda, através desta afirmação, que o principal sentido na vida de um cego é o tato, porque é através dele que o deficiente visual é capaz de aprender o sistema Braille de escrita e pegar nos objetos para reconhecê-los. De acordo com os cegos entrevistados no IC-CG, que perderam a visão na fase adulta, começaram a aprender a usar o tato para se locomoverem dentro de casa e aprenderem o Braille. E, ainda, sobre o tato, afirmaram que é fundamental quando visitam lugares desconhecidos, para se familiarizarem com o ambiente.

Como sabemos, os olhos conseguem informações muito mais precisas sobre o mundo que nos circulam do que os ouvidos, mas como isso pode ser feito por uma pessoa que não vê? Então, a audição passa a ser um sentido muito importante para o deficiente visual, através dela eles têm a possibilidade de gravar sons que serão familiarizados com os locais e as pessoas que os circulam. Segundo Tuan (1980, p. 10), “Os olhos obtêm informações muito mais precisas e detalhadas, sobre o meio ambiente, do que os ouvidos, mas geralmente somos mais sensibilizados pelo que ouvimos de que pelo vemos”.

Para alguns usuários do IC-CG que ficaram cegos adultos, o som foi essencial para que eles conseguissem reconhecer locais e pessoas. Segundo um dos instrutores de informática do Instituto, a audição funciona como uma antena porque dá acesso à distância das coisas e ajuda no reconhecimento das pessoas, pois, afirma ele, que cada um tem uma voz diferente, sendo inimitável, mesmo que tentem esconder, todas as pessoas têm um registro pessoal da voz.

O olfato é outro sentido que configura um dos mais importantes para o deficiente visual, pois através dele os cegos têm a oportunidade de reconhecer locais, pelo cheiro ou odores. Como o nariz é um órgão extremamente eficiente, capaz de farejar informações, uma pessoa consegue através apenas do odor lembrar momentos e emoções vividas, e com o uso do cheiro trazer todo um conjunto de sensações.

Sobre isso, Tuan (1980, p. 11) nos diz que “O odor tem o poder de evocar lembranças vividas, carregadas emocionalmente, de eventos e cenas passadas. O cheiro de salva pode trazer à memória todo um complexo de sensações: a imagem de grandes planícies onduladas cobertas por grama e pontilhadas por moitas de salva, a luminosidade do sol, o calor, a irregularidade da estrada”.

A respeito disso, o superintendente do IC-CG explica que o cego utiliza as “pistas ambientais”, segundo ele, estas pistas seriam o cheiro ou o odor das coisas que o ajudam a se situar no espaço. No próximo tópico iremos entender como tais pistas os ajudam a se locomover no entorno do Instituto.

3.2 O USO DO ENTORNO DO IC-CG PELOS DEFICIENTES VISUAIS

Na pesquisa realizada com os beneficiários do IC-CG, foi observado que os deficientes visuais não se sentem seguros no entorno da Instituição. Desta forma, torna-se necessária a ajuda de uma pessoa para guiá-los sempre que precisam ir comprar algum objeto ou realizar alguma tarefa nas proximidades do Instituto. Em relatos, os mesmos responderam que existem muitos perigos e que preferem usar o espaço do entorno apenas quando é preciso chegar à instituição ou na volta para suas casas.

O principal problema que os afasta do exterior do Instituto são os carros, pois se torna impossível transitar entre eles, existindo sempre o perigo de serem atropelados. Então, os que podem sempre vêm de moto táxi ou de carro próprio com familiares que os deixam na porta.

No quadro 1, a seguir, no qual apresentamos o perfil dos usuários participantes da pesquisa, podemos observar que muitos precisam de pessoas para trazê-los à Instituição, por não se sentirem seguros em relação à chegada e à saída do Instituto. No entanto, muitos necessitam vir de ônibus e enfrentam várias dificuldades no percurso e, principalmente, no espaço entorno do IC-CG.

Quadro 01: Informações sobre o perfil dos participantes da pesquisa.

Idade	Sexo	Cidade em que reside	Tipo de cegueira	Tempo que frequenta o IC-CG	Como chega ao IC-CG
41 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	40 anos	Carro próprio com esposa
42 anos	Masculino	Campina Grade	Baixa visão	36 anos	Ônibus ou andando a pé
46 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	04 anos	Andando a pé e de ônibus
49 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	04 anos	Moto com sobrinho
38 anos	Feminino	São José da Mata	Cegueira total	05 anos	Ônibus
52 anos	Masculino	Picuí	Cegueira total	02 anos	Carro de prefeitura
59 anos	Feminino	Campina Grade	Cegueira total	04 anos	Carro próprio
13 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	07 anos	Combi do IC-CG
71 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	04 anos	Carro particular com família
34 anos	Masculino	Serra Redonda	Cegueira total	25 anos	Carro da prefeitura
46 anos	Masculino	Serra Branca	Cegueira total	32 anos	Carro da prefeitura
20 anos	Feminino	Campina Grade	Cegueira total	06 anos	Ônibus
25 anos	Masculino	Umbuzeiro	Cegueira total	01anos	Em alternativos
60 anos	Feminino	Campina Grade	Baixa visão	10 anos	Ônibus
27 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	01anos	Andando a pé
55 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	39 anos	Ônibus
43 anos	Feminino	Campina Grade	Cegueira total	06 anos	Ônibus
49 anos	Masculino	Campina Grade	Cegueira total	34 anos	Carro, ônibus e moto
15 anos	Masculino	Campina Grade	Baixa visão	07 anos	Moto taxi
08 anos	Feminino	Campina Grade	Baixa visão	03 anos	Combi do IC-CG

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como podemos observar nos dados dispostos no quadro, apenas um dos colaboradores da pesquisa disse que vem ao Instituto caminhando desde sua casa, mas que também não se sente seguro com o percurso, principalmente quando se aproxima da Instituição, pois tem que passar por uma rua na qual as calçadas são estreitas e os motoristas ainda colocam os carros no local reservado à travessia de pedestres. Outro objeto geográfico perigoso é a presença da linha do trem perto da Instituição.

Podemos perceber, neste caso, que o entorno do IC-CG não apresenta segurança para os que precisam do espaço para se locomover. É importante salientar que nas proximidades da Instituição existem vários órgãos tanto públicos quanto privados de diversos segmentos, então, se houvesse uma acessibilidade que garantisse a segurança ao deficiente visual, ele poderia realizar suas atividades sem que fosse necessária a ajuda de um guia humano, assim, facilitaria a realizações de tarefas no entorno do Instituto.

Como citado anteriormente, as “pistas ambientais” ajudam os cegos a se locomoverem no espaço em geral. Quando questionados sobre como utilizam tais táticas no entorno do Instituto, responderam que, quando pegam a condução em direção ao IC-CG, ficam atentos usando a audição para perceberem os movimentos dos ônibus, observando as curvas do percurso e ouvindo os barulhos que vão se modificando de acordo com os locais em que vão circulando. Quando vão chegando nas proximidades da Instituição, o primeiro sentido a ser aguçado é o olfato, pois o odor do canal a céu aberto na lateral do Instituto faz com que eles percebam que estão chegando perto, então, sabem que têm que ficar alerta porque o momento da descida se aproxima.

Ao descer do ônibus, o sentido a ser despertado volta a ser a audição, pois necessitam dela para conseguir atravessar as ruas e seguir até o IC-CG. Neste momento, para chegar ao IC-CG, contam com a ajuda da bengala, que os ajuda e facilita a locomoção, devido à falta de preparação do espaço, que não garante uma segurança adequada, pois apresenta calçadas irregulares, buracos, vários obstáculos e, fundamentalmente, a ausência de pisos táteis.

Dentro do Instituto, alguns usam a bengala, mas a maioria usa o tato para se locomover dentro dos cômodos, no entanto, se já estão no lugar há muito tempo, conseguem se movimentar sem usar nada, apenas com o sentido da direção.

Segundo eles, quando usam o tato para identificar um lugar à primeira vez, é possível voltar ao lugar sem esbarrar nos objetos.

Assim, percebemos, através da pesquisa, que os sentidos da audição, olfato e o tato são importantes para o cego se movimentar no espaço e funciona como um instrumento que o ajuda a encontrar a direção a ser seguida. Assim, por não ter a visão, estes sentidos se tornam mais importantes para perceber os lugares, objetos, pessoas e situações do cotidiano.

Então, sobre o sentido de audição em relação ao espaço, Tuan (1980, p.11) nos diz que o próprio espaço se contrai, porque nossa experiência de espaço é aumentada grandemente pelo sentido auditivo, que fornece informações do mundo além do campo visual. E, a respeito da percepção, o mesmo autor mostra que é uma atividade, um estender-se para o mundo. Os órgãos dos sentidos só se tornam eficazes quando são ativamente usados. Como é o caso do tato, que é muito delicado, mas para diferenciar as texturas ou durezas não se deve apenas colocar o dedo sobre as superfícies, mais sim movimentar ele sobre elas.

Sobre isso, um dos alunos do Instituto que ficou cego há dois anos, comentou que seu tato, depois que está tendo aulas de Braille, ficou mais aguçado, ele consegue identificar os objetos com mais facilidade, diferentemente de quando enxergava.

Assim, diante da ausência de estruturas que facilitam a acessibilidade e a mobilidade no interior e no exterior do IC-CG, os deficientes visuais que usam esse Instituto se apropriam do espaço usando a audição, o tato e o olfato, seguindo as pistas dadas pelo próprio ambiente.

3.3 PERCEPÇÃO DO IC-CG PELOS DEFICIENTES VISUAIS USUÁRIOS

Para discutirmos espaço experiencial é necessário introduzir os objetos e os lugares que definem este espaço. Para Tuan (2013, p.167), o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definições e significados. E, ainda, para Leite (1998, p.14), o lugar está no espaço. Porém, as experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformariam os espaços em lugares.

Desta forma, de acordo com Leite (1998, p.9), no campo da Geografia Humanística, o conceito de lugar caracteriza-se pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. Assim, as

experiências cotidianas, os sentimentos de amor, segurança e integração, apresentados pelos beneficiados em relação ao IC-CG, faz da Instituição um lugar de significados múltiplos, onde os alunos e funcionários se sentem felizes e realizados, transformando o espaço em lugar de convivência e harmonia.

No IC-CG, cerca de 130 pessoas cegas e com baixa visão estão matriculadas e recebem os serviços no local, mas, apesar de um número fixo de beneficiados, são atendidas cerca de 50 pessoas por dia, que vêm de cidades próximas. Segundo a diretora do Instituto, houve um acréscimo considerável de crianças e adolescentes, que hoje são 40.

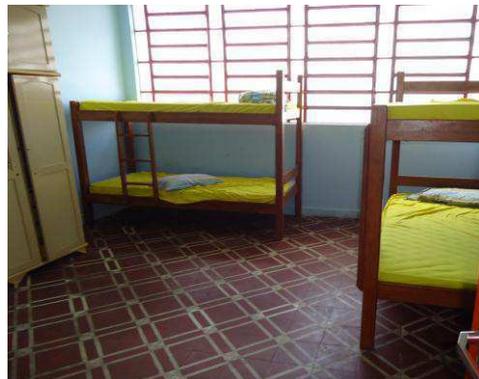
No lugar, também, alguns cegos que não podem vir e voltar no mesmo dia para os seus lugares de origem, permanecem no local, chegando na segunda-feira e só retornando na sexta- feira. Para acomodá-los, existem, na Instituição, os dormitórios masculinos (Figura 12) e os femininos (Figura 13). O Instituto, no passado, já funcionou como internato, contudo, atualmente, apresenta suas atividades apenas de segunda a sexta, aos sábados e domingos não há expedientes no seu interior.

Figura 12 – Dormitório masculino no IC-CG.



Fonte – SILVA, 2014

Figura 13 - Dormitório feminino no IC-CG.



Fonte – SILVA, 2014

Além dos alunos das cidades vizinhas, alguns dos professores cegos preferem passar a semana a ir e vir todos os dias, como é o caso da professora de Química, Física e Matemática do cursinho pré-vestibular. Segundo ela, por morar sozinha, prefere ficar no Instituto, pois no lugar pode conversar e fazer outras atividades, além de ministrar suas aulas, por exemplo, Educação Física (Figura 14).

Figura 14 – Aula de Educação Física com alunos do IC-CG.



Fonte – SILVA, 2014

Duas escolas da cidade incluem jovens cegos em classes regulares, porém os mesmos dependem do Instituto para aprenderem a realizar as tarefas cotidianas e desenvolver exercícios físicos, sendo desta forma um apoio e um reforço em suas vidas estudantis.

Na Instituição existem diversas atividades para o deficiente visual realizar durante sua estadia e permanência no ambiente. Encontra-se no primeiro andar uma biblioteca com livros em Braille e em áudio, como podemos observar na Figura 15.

Figura 15 – Biblioteca do IC-CG.



Fonte – SILVA, 2014

Para os alunos a biblioteca é muito importante, porque lhes possibilita treinar a leitura do Braille e ouvir os livros em áudio.

Os esportes que os cegos praticam no Instituto também são apontados por eles como um momento de lazer e diversão. Relataram que, durante essas práticas, sentem-se muito felizes, porque se integram uns com os outros. O Futebol, para cegos, destaca-se com participantes que disputam diversas categorias. (Figura 16).

Vários troféus, em diferentes esportes praticados pelos cegos do Instituto, foram conquistados em todo o país. (Figura 17).

Figura 16 – Futebol de cegos IC-CG.



Fonte – SILVA, 2014

Figura 17 – Troféus conquistados pelos cegos do IC-CG.



Fonte – SILVA, 2014

Para os beneficiados do IC-CG os sentimentos mais importantes em relação à Instituição são de segurança e de integração, pois no ambiente encontram pessoas com as mesmas dificuldades. Sobre isso, Tuan (2013, p.168) explica que os seres humanos são os únicos entre os primatas que têm o sentido de lar como um lugar onde o doente e o ferido podem se recuperar com cuidados solícitos. Partindo deste pressuposto, percebemos que as sensações de segurança e integração significam que, juntos no Instituto, eles ajudam uns aos outros em todos os problemas e dificuldades. E, ainda, sobre o lugar, Tuan (2013, p.169) relata como sendo um local de pausa no movimento e a afeição duradora pelo lar é em parte o resultado de experiências íntimas e aconchegantes. Fato constatado pela percepção que os deficientes visuais têm em relação ao IC-CG.

No IC-CG, eles aprendem juntos os afazeres, desde tarefas simples, como as realizadas diariamente no cotidiano de uma pessoa “normal”, ao uso da informática e do sistema Braille. Enfim, preparam-se para a vida. O cursinho pré - vestibular proporciona aos estudantes cegos a oportunidade do ingresso nos cursos superiores, os professores são ex- alunos da própria Instituição que permanecem para ajudar a outros que também estão precisando de apoio. Para os alunos que participam das aulas do cursinho, essa iniciativa foi muito importante, porque eles

podem estudar todas as disciplinas e se prepararem para enfrentar um vestibular nas principais Universidades da cidade.

Observamos que a instituição representa um “porto seguro” na vida de um cego, pois, mesmo aqueles que conseguem se destacar na vida acadêmica ou no mercado de trabalho, sempre voltam para oferecer sua contribuição a ela, como é o caso da diretora, que está no local desde os seis anos de idade, onde estudou, preparou-se e, atualmente, além de ser professora de Universidade, trabalha na sua administração.

No lugar, os cegos desenvolvem um forte sentimento de companheirismo e amizade. Para eles, a instituição funciona como uma segunda casa, o que falta em suas residências. O instituto oferece as diversas funções que realizam juntos, fazendo com que se sintam úteis e vivos, permanecendo sempre em movimento. Assim sendo, notamos que o Instituto funciona como um lugar íntimo para os usuários. Sobre isso, Tuan (2013, p.168) nos diz que os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafatos. Sendo assim, um lugar íntimo oferece segurança, apoio em objetos, até na busca de ideias.

Segundo o superintendente do IC-CG, que frequenta a instituição há mais de trinta e quatro anos, o que ele sente pelo lugar é amor, um sentimento que o torna capaz de ir todos os dias para o Instituto realizar suas tarefas e ajudar aqueles que necessitam.

Sobre isso, Leite (1998, p.10) afirma que essa relação afetiva que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses pré-determinados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade. Estas intenções são entendidas quando os pesquisados são questionados sobre por quais motivos procuravam o Instituto. As respostas foram sempre as mesmas: que a Instituição era o “lugar dos cegos”. Segundo eles, no Instituto teriam as oportunidades que em outros locais não iriam encontrar, desde as mais simples atividades até um emprego.

É importante entender que o IC-CG, para os cegos que frequentam o lugar, funciona como uma casa com uma grande família que se entende e se ajuda em todas as tarefas e em os todos os dias.

Segundo Claval (2010, p. 41), a reação que as pessoas experimentam em relação aos lugares em que vivem é inseparável dos seres que eles aí encontram:

“um único ser falta e tudo fica deserto!”. É desta forma que os sentimentos pelos companheiros os tornam motivados a ajudar e dividir com os amigos as mesmas dificuldades, conquistas e alegrias. Para Claval (2010, p. 40), o espaço do domicílio é fundamental para o equilíbrio psicológico do indivíduo. Assim, percebemos o IC-CG na percepção dos seus usuários. Em suma, de acordo com os postulados da geografia humanística, por ser um campo de significados para os seus usuários, o espaço do Instituto se torna um lugar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Inclusão não inclui de forma a atender todas as necessidades de um portador de deficiência, ela deixa falhas e exclui aqueles que são diferentes por apresentarem algumas dificuldades físicas ou motoras. Para um deficiente visual, este sistema não garante sua inclusão por completo em classes regulares, ele garante a vaga, porém existe a necessidade de um acompanhamento em Instituições próprias para cegos, contradizendo então uma Política de Inclusão total e remetendo à chamada Política de Classes Especiais do passado. Faz-se necessária uma formação de professores numa perspectiva inclusiva, para que estes se qualifiquem pedagogicamente para receber os alunos cegos.

A sociedade que deveria garantir direitos adquiridos aos portadores de deficiência não se propõe a incluir em espaços públicos aqueles que vivem excluídos. Apesar de Leis e Decretos aprovados para mudanças com melhorias nesses locais, elas são tardias e os que delas necessitam se tornam dependentes da sorte.

O que fica explícito ao longo deste trabalho é que o deficiente físico, em especial os cegos, está, aos poucos, inserindo-se no mercado de trabalho, nas universidades e em diversos segmentos da sociedade, tornando-se, em alguns casos, independente financeiramente. Porém, é necessário perceber que a sociedade não está acompanhando este progresso, especialmente no que diz respeito à preparação dos ambientes onde o cego necessita se locomover em seu cotidiano. Ainda se fazem necessárias várias mudanças para que os locais se tornem acessíveis para o cego poder usufruir de uma mobilidade segura no seu ir e vir pelo espaço urbano.

Nesse sentido, a presente pesquisa comprovou que o espaço no entorno do IC-CG não apresenta estrutura e acessibilidade adequada aos usuários que precisam se dirigir à Instituição, causando aos mesmos vários problemas, principalmente o de mobilidade.

Observamos que são necessárias mudanças urgentes no entorno dessa instituição, pois os problemas encontrados desmotivam os deficientes visuais a circularem nos arredores desse espaço, quando precisam ir cumprir algum compromisso fora do Instituto e para chegarem e saírem dele, tendo que se arriscarem entre os carros e perigos de uma infraestrutura inadequada com buracos,

calçadas irregulares e o Canal do Prado, este último termina se constituindo como uma ameaça ao cego, por não apresentar um parapeito que proteja o deficiente do perigo de cair dentro dele.

Como mudanças imediatas, neste espaço, deveriam ser colocadas calçadas táteis, sinais sonoros, guarda corpo no Canal do Prado, bem como a modificação da parada de ônibus para a lateral do Instituto e a sinalização dos trajetos das linhas em placa em braile, pois, desta forma, facilitaria a chegada e saída dos deficientes visuais usuários do IC-CG. Por fim, estas mudanças seriam as principais e mais urgentes para resolver os problemas de estrutura e acessibilidade, permitindo, assim, facilitar a mobilidade dos usuários no espaço urbano, notadamente no entorno do referido Instituto.

REFERÊNCIAS

- ARGENTA, A.; SÁ, E. D. de. Atendimento educacional especializado de alunos cegos e com baixa visão. In: **Inclusão - Revista de educação Especial**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, vol.5, nº 1, p. 17, ano 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Os alunos com deficiência Visual: Baixa visão e Cegueira. Brasília: MEC, 2010, p. 8-26.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007. Disponível em < <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>>. Acesso em 13/05/2014.
- BRASIL. **Decreto número 5.296/2004. Art. 8. Parágrafo: IX**. Brasília, 2004. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 15/06/2014.
- BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G. **Saindo da “escuridão”**: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. Porto Alegre: 2004, p. 300-327. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a13.pdf> > Acesso em: 15/06/2014.
- BHTRANS. **Manual de Medidas Moderadoras de Tráfego**. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. Belo Horizonte, 2000, p. 4-7. Disponível em: < <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/.pdf> >. Acesso em: 15/06/2012.
- CORRÊA, R. L. Organização espacial. In: _____. **Região e Organização Espacial**. 8. Edição. São Paulo. Editora. Ática, 2007.
- CLAVAL, P. A geografia como experiência do espaço e dos lugares. In: _____. **Terra dos homens**: a geografia. São Paulo: Editora. Contexto, 2010.
- DÍEZ, A. M. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. In: **Inclusão - Revista de educação Especial**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, vol.5, nº 1, p. 17, ano 2010.
- FOGLI, F. C. dos S. **A dialética da inclusão em educação: uma possibilidade em um cenário de contradições**. 2010. Tese. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- FREITAS, N. K. **Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectivas educacionais in jornal de políticas educacionais**. Paraná: Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, v. 4, nº 7, p. 25-34, 2010. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br> >. Acesso em: 20/05/2014.

GLAT, R. BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva in Educação Inclusiva in Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Editora Viveiros de Castro Ltda, 2007, p.16-35.

JORNAL DA PARAÍBA. **Com as contas no 'vermelho', Instituto dos Cegos de Campina Grande enfrenta diversas dificuldades para oferecer serviços**. Ano 43. Edição: 12.406. Paraíba, 2014. Disponível em: www.acervo.jornaldaparaiba.com.br. Acesso em 20/08/2014.

LEITE. A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. In: **Anuário do Instituto de Geografia-UFRJ**, Rio de Janeiro, volume 21, p. 9-19, 1998.

LUDWING, A. C. W. Pesquisa de campo. In: _____. **Fundamentos e práticas de metodologia científica**. 2. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.

MACAHADO, R. Salas de Recursos multifuncionais. In: **Inclusão - Revista de educação Especial**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, V.5 N° 1. p. 63, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **O atendimento educacional especializado na Educação Inclusiva**. In: **Inclusão - Revista de educação Especial**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v.5, nº 1, p. 1-76, 2010.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. Metodologia qualitativa e quantitativa. In: _____; _____. **Metodologia científica**. Revista ampliada. Editora: Atlas. São Paulo 2011.

MAZZARO, J. L. Mas, afinal, o que é orientação e mobilidade? In: **Orientação e mobilidade**. Conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 2003.

MONTEIRO, J. L. Os desafios dos cegos nos espaços sociais: um olhar sobre a acessibilidade. **IX ANPED. SUL**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível em: < <http://www.ucs.br>. Acesso em: 12/06/2014.

NETO FAUSTINO, J. **Emancipação da pessoa cega (PC) no Instituto dos Cegos de Campina Grande. 2012**. Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3226/PDF%20-%20Jo%E3o%20Faustino%20Neto.pdf?sequence=1>. Acesso em 14/05/2014.

ORRICO, H; CANEJO; E. FOGLI; B. GLAT, R. Uma reflexão sobre o cotidiano escolar de alunos com deficiência visual em classes regulares. In: GLAT, ROSANA (Org.). **Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Ltda, 2007, p. 116-136.

SANTOS, A. O cego, o espaço, o corpo e o movimento. In: Revista **Entre ideias: educação, cultura e sociedade**. Bahia. nº. 2, p. 1-8, 1998. Disponível em:<

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2904/2071>>Acesso em 14/05/2014.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993 (Coleção Espaços).

TUAN, Y.F. Experiência íntima com o lugar. In:_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência** Edição. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina., 2013.

_____.Traços comuns em percepção: os sentidos. In:_____.**Topofilia**. Um Estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

APÊNDICE - Questionário

1. Qual sua idade? _____ Sexo: _____ Cego () Baixa visão()
2. Qual sua cidade de Origem? _____
3. Há quanto tempo frequenta o Instituto? _____
4. Por qual motivo você procurou a instituição? _____
5. Como você chega ao Instituto? _____
6. Você enfrenta obstáculos para ter acesso ao Instituto dos cegos?
() sim () não. Em caso afirmativo, quais? _____
7. Quais as principais barreiras que dificultam ou impede sua locomoção nas ruas e vias públicas até chegar ao Instituto?

8. Em sua opinião, o que poderia ser feito para eliminar estas barreiras?

9. Existe uma sinalização adequada, no entorno da instituição?
() sim () não.
10. Possui calçada nivelada e piso antiderrapante?
() Sim () Não
11. Possui corrimão e barra de apoio?
() Sim () Não
12. Possui placas informativas: tátil e audível?
() Sim () Não
13. Você acredita que existe uma acessibilidade adequada para uma pessoa cega chegar ao Instituto dos cegos? () sim () não. Em caso negativo, por quê?

14. Para sua locomoção, você utiliza:
() bengala () guia humano () cão-guia () outro () nenhum
15. Utiliza com freqüência meios de transportes?
() sim () não. Em caso afirmativo quais? _____
16. Você enfrenta dificuldades em sua locomoção e mobilidade no transporte?
() sim () não. Em caso afirmativo, quais são as dificuldades? _____

Gorete Ribeiro Barbosa, graduanda em Geografia. UFCG